CGDPensões

Grupo Caixa Geral de Depósitos

2012

Relatório e Contas

CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Av. João XXI, 63- 2º Piso 1000-300 Lisboa Telefone: 21 790 54 36 Fax: 21 790 54 98

Número único de Pessoa Coletiva e Matrícula Comercial 502.777.460 Capital Social realizado 3.000.000 Euros

INDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO 3

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 3
EVOLUÇÃO GLOBAL 3
ECONOMIA PORTUGUESA 5

MERCADO DE CAPITAIS 7

MERCADO IMOBILIÁRIO 10

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES 12

ATIVIDADE DA CGD PENSÕES, S.A. 13
COMERCIAL 13
FINANCEIRA 13
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO 14
MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO 14

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 15
CONSIDERAÇÕES FINAIS 15

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS 17

RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE 43

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 57

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO 60

ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. Pedro Manuel de Oliveira Cardoso
Secretário	Dr. Hernâni da Costa Loureiro
Secretário	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Vice-Presidente	Dr. Henrique Pereira Melo
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr.ª Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL ÚNICO)

Efetivo	Deloitte & Associados, SROC, SA, *representada pelo*
	Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira
Suplente	Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Membro	Dr. Vitor José Lilaia da Silva
Membro	Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

ESTRUTURA ACIONISTA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A,, é detentora da totalidade do capital social da CGD Pensões, S.G.F.P., S.A..

RELATÓRIO DE GESTÃO

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

EVOLUÇÃO GLOBAL

A economia mundial voltou a expandir-se em 2012, embora tenha registado o segundo ano sucessivo de abrandamento. A conjuntura económica internacional continuou condicionada por um crescimento modesto da atividade no setor industrial, reflexo da fraca procura, nomeadamente por parte das principais economias, e consequente desaceleração das transações de comércio internacional.

A procura manteve-se condicionada, em diversos casos, pelo ambiente de desalavancagem, quer de empresas, quer sobretudo de famílias, nomeadamente nas regiões desenvolvidas, e pela ausência de tração dos estímulos monetários, quer convencionais, quer não convencionais, à economia real.

Adicionalmente, com o rácio de dívida sobre o PIB a atingir, em diversos casos, o nível mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial, vários Governos continuaram a ser forçados a seguir políticas orçamentais restritivas, procurando alcançar saldos orçamentais primários positivos que permitam inverter a tendência de subida da dívida pública, atribuindo-lhe assim um caráter de sustentabilidade. Nas poucas economias em que se assistiu a algum estímulo orçamental, o impacto no crescimento não foi significativo, uma vez que o setor privado manteve uma toada de contração do consumo.

O ano de 2012 ficou marcado pela propagação da crise da dívida soberana no seio da Europa, após o contágio da mesma à dívida italiana e espanhola, situação agravada ainda pelas incertezas políticas em alguns países, pelo pedido de assistência ao setor financeiro por parte de Espanha, e pela necessidade de aprovação de um novo pacote de auxílio financeiro à Grécia, mesmo após o processo de reestruturação da dívida pública daquele Estado Membro ainda durante o 1º trimestre de 2012. Com o receio dos investidores acerca da situação das finanças públicas a agravar-se até meados do ano, alguns Governos reforçaram as medidas de austeridade.

Os responsáveis governamentais e dos bancos centrais continuaram, em 2012, a implementar medidas para estabilizar os mercados financeiros e impulsionar a atividade económica, medidas que acabaram por despoletar uma evolução mais favorável do sentimento durante a segunda metade do ano.

Na Europa, a nível dos Governos, destaque para os novos compromissos no sentido de reforçar a coordenação das politicas económicas, de fiscalização orçamental, e de aumento do poder de intervenção dos mecanismos de estabilização financeira, desta feita junto do setor bancário, tendo para isso sido dados os primeiros passos com vista à criação de um mecanismo único de supervisão bancária.

A nível da política monetária, realce para a introdução de novos estímulos, nomeadamente o anúncio da criação, por parte do Banco Central Europeu (BCE), do programa Transações Monetárias Definitivas (na sigla inglesa, OMT - Outright Monetary Transations), o novo mecanismo de intervenção do banco central no mercado da dívida, assim como a decisão de reduzir a principal taxa diretora para um mínimo de 0.75% em julho, e, para a realização de um segundo leilão de cedência de liquidez a 3 anos, em fevereiro.

Nos EUA, a Reserva Federal reforçou a compra de títulos do Tesouro e anunciou a aquisição de títulos de dívida hipotecária, enquanto no Japão o banco central aumentou, por seis vezes, a dimensão do programa de compra de ativos financeiros.

Apesar disso, ao longo do ano, as estimativas de crescimento económico das instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE, entre outras, foram sucessivamente sido revistas em baixa, em conformidade com a deterioração dos indicadores económicos em muitas regiões do globo. Na atualização mais recente das estimativas económicas, em janeiro de 2013, o FMI estimava que a economia mundial terá crescido 3,2% em 2012, percentagem inferior aos 3,3% estimados em setembro de 2012. O FMI continuou a alertar para o fato dos diversos riscos, quer de natureza orçamental, quer financeira, serem ainda muito elevados, embora tenha reconhecido que, caso não se materializem, e caso as condições financeiras continuem a melhorar, o crescimento pode vir a ser mais elevado do que o atualmente previsto para 2013.

De acordo com o Eurostat, o crescimento na Área Euro em 2012 terá voltado a contrair, desta feita -0,4%, tendo a economia voltado a cair em recessão pela segunda vez em quatro anos. Esta retração assentou, primordialmente, na procura doméstica.

Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, que terão averbado uma contração. Quanto aos restantes Estados Membros da Área Euro, nomeadamente os principais, embora tenham crescido, registaram fortes abrandamentos. O desemprego na região continuou a aumentar em 2012, tendo a taxa de desemprego atingido 11,8%, perto do final do ano, o nível mais elevado desde o verão de 1990.

INDICADORES ECONÓMICOS

	Taxas de variação (%) PIB		Taxas (em %) Inflação (b)		Desemprego (b)	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
União Europeia (a)	**1.5**	**-0.3**	**3.1**	**2.7**	**9.7**	**10.5**
Área do Euro	1.4	-0.4	2.7	2.5	10.1	11.3
Alemanha	3.0	0.7	2.5	2.1	5.5	5.5
França	1.7	0.2	2.3	2.3	9.6	10.2
Reino Unido	0.9	-0.3	4.5	2.7	8.0	7.9
Espanha	0.4	-1.4	3.1	2.5	21.7	25.1
Itália	0.4	-2.3	2.9	3.3	8.4	10.6
EUA	**1.8**	**2.3**	**3.1**	**2.0**	**9.0**	**8.2**
Japão	**-0.6**	**2.0**	**-0.3**	**0.0**	**4.6**	**4.5**
Rússia	**4.3**	**3.6**	**8.4**	**5.1**	**6.5**	**6.0**
China	**9.3**	**7.8**	**5.4**	**3.0**	**4.1**	**4.1**
Índia	**7.9**	**4.5**	**10.2**	**9.6**	**n.d.**	**n.d.**
Brasil	**2.7**	**1.0**	**6.6**	**5.2**	**6.0**	**6.0**

Fontes: FMI: World Economic Outlook - Update - Janeiro de 2013

(a) Comissão Europeia: European Economic Forecast - Novembro de 2012

(b) FMI: World Economic Outlook - Setembro de 2012 (para os países não membros da UE)

n.d. – não disponível

Nos EUA, apesar da crescente incerteza relacionada com o forte ajustamento orçamental previsto para 2013, o crescimento teve um contributo positivo para o sentimento dos investidores, tendo a atividade mantido um ritmo de expansão ligeiramente acima do inicialmente esperado. Destacou-se a substancial melhoria do mercado habitacional, quer ao nível de preços, quer ao nível de vendas.

Embora os níveis de crescimento mais elevados tenham sido registados pelas economias emergentes, este bloco evidenciou também algum abrandamento no decurso de 2012, sobretudo na segunda metade do ano. O mesmo foi, por um lado, resultado do enfraquecimento dos seus

principais parceiros comerciais e, por outro, das políticas macroeconómicas de contenção implementadas ainda durante 2011, a fim de prevenir o aparecimento de pressões inflacionistas.

Assim, em 2012, em muitas destas economias as políticas monetárias foram novamente objeto de ajustamento, desta feita no sentido expansionista.

INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

Taxas de variação (em %)	União Europeia		Área do Euro	
	2011	2012	2011	2012
Produto Interno Bruto (PIB)	**1.5**	**-0.3**	**1.4**	**-0.4**
Consumo privado	0.1	-0.6	0.1	-1.0
Consumo público	-0.1	0.0	-0.1	-0.2
FBCF	1.4	-2.2	1.5	-3.5
Procura Interna	0.3	-0.7	0.3	-1.3
Exportações	6.4	2.2	6.3	2.5
Importações	4.1	0.1	4.2	-0.5
Taxas (em %)				
Taxa de Inflação (IHPC)	3.1	2.7	2.7	2.5
Taxa de desemprego	9.7	10.5	10.1	11.3
Saldo do Setor Púb. Adm. (em % do	-4.4	-3.6	-4.1	-3.3

Fonte: Eurostat

Valores de 2012: Comissão Europeia: European Economic Forecast - novembro de 2012

Comissão Europeia: European Economic Forecast - novembro de 2012

No bloco asiático voltou a assistir-se às maiores taxas de expansão. Ainda assim, a atenção dos investidores esteve centrada quer na China, onde no verão o crescimento económico registado foi o mais baixo desde o início de 2009, quer no Japão, onde a atividade voltou a terreno negativo.

Destaque ainda para o desempenho da economia brasileira, cuja expansão foi muito inferior à esperada. O Banco Central do Brasil destacou-se, aliás, ao decretar sete reduções da taxa diretora, enquanto, por seu lado, o governo anunciou novos estímulos ao consumo e ao investimento.

Em 2012, a nível global, a inflação não constituiu um obstáculo à implementação de medidas de estímulo à economia, uma vez que se observou uma tendência de moderação, enquanto as expetativas para a evolução do nível dos preços permaneceram ancoradas.

Na Área Euro, a inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou uma taxa de variação média de 2,5%, abaixo dos 2,7% de 2011, tendo o principal contributo para o arrefecimento dos preços vindo da componente energética.

ECONOMIA PORTUGUESA

No decurso de 2012 prosseguiu o processo de ajustamento da economia portuguesa caraterizado pela redução das necessidades de financiamento líquidas dos diversos setores da economia, bem como pelo ajustamento do balanço dos bancos através do aumento dos rácios de solvabilidade e da redução dos rácios de transformação.

A atividade económica, nos primeiros três trimestres de 2012, decresceu -3,0%, se comparada com o mesmo período de 2011, tendo-se assistido a variações negativas em cadeia nos três períodos já conhecidos. Este desempenho resultou do contributo negativo do consumo privado, do consumo público e do investimento, atenuado apenas pelo desempenho das exportações líquidas.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

Taxas de variação (em %)	2010	2011	2012 (a)
Produto Interno Bruto	**1.4**	**-1.7**	**-3.0**
Consumo privado	2.1	-4.0	-5.9
Consumo público	0.9	-3.8	-3.3
FBCF	-4.1	-11.3	-14.1
Procura Interna	1.8	5.8	n.d.
Exportações	8.8	7.5	4.3
Importações	5.4	-5.3	-6.6
Taxas (em %)			
Taxa de Inflação (IHPC)	1.4	3.7	2.8
Taxa de desemprego	10.8	15.5	16.4
Défice do SPA (em % do PIB)	-9.8	-4.4	-5.0
Dívida Pública (em % do PIB)	93.5	108.1	119.1

Fonte: INE
(a) OE: Relatório Orçamento de Estado para 2013, outubro de 2012

n.d. – Não disponível

Quer o consumo privado, com uma queda de -5,8%, quer o consumo público, que contraiu -4,3%, contribuíram para o decréscimo da atividade económica durante o período em causa. Tal deveu-se, em parte, à política orçamental contracionista num contexto de implementação do Programa de Apoio Económico e Financeiro a Portugal. Também se assistiu a um agravamento da confiança dos consumidores, tendo este sido evidente no terceiro trimestre.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) diminuiu -14,9%, com forte expressão na componente da construção e de equipamento de transporte. Tal foi consequência, sobretudo, do nível de atividade económica e do decréscimo do investimento público.

Registe-se o comportamento do comércio internacional. Por um lado, as exportações cresceram 9,3%, por outro lado, as importações diminuíram -3,0%. Apesar do abrandamento da economia mundial, observou-se um aumento da quota das exportações portuguesas ao longo de 2012. As exportações destinadas ao mercado extracomunitário aumentaram 24,5%. Por seu lado, a queda das importações deveu-se, sobretudo, à contração da procura interna.

Quanto à inflação, o IHPC português registou, nos primeiros 11 meses de 2012, uma taxa de variação média de 2,8%, 0,3 pontos percentuais acima da Área Euro. Esta resultou, em parte, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indiretos, nomeadamente, o IVA.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve a tendência de subida em 2012. Em termos médios, esta fixou-se em 15.7%, sendo a população desempregada de 923,2 mil indivíduos, um aumento de 19,7% face ao mesmo período de 2011.

MERCADO DE CAPITAIS

As incertezas derivadas da questão da dívida soberana europeia, herdadas dos anos anteriores, continuaram a constituir o principal obstáculo à retoma da confiança dos investidores e demais agentes na recuperação económica durante grande parte de 2012, sobretudo após os indícios de que os efeitos dessas dúvidas se propagaram a Estados Membros da Área Euro de maior dimensão. A evidência de abrandamento das regiões emergentes, sobretudo do leste europeu, elevou ainda os receios quanto ao crescimento da economia global.

As organizações internacionais e os bancos centrais reviram em baixa as estimativas de crescimento nessa altura e, em alguns casos, decretaram reduções de taxas de juro diretoras, dado que também a inflação moderou em diversos blocos. A atuação dos Bancos Centrais, de caráter convencional e não convencional, e a promessa de adição de novos estímulos económicos, nos quais se enquadra o anúncio dos detalhes do novo programa de aquisição de dívida no mercado secundário pelo BCE (OMT), contribuiram de forma decisiva para que os mercados de capitais encerrassem 2012 a evidênciar fortes sinais de estabilização, isto apesar da incerteza relacionada com a situação das finanças públicas dos EUA, tema que foi ganhando protagonismo durante a 2ª metade do ano.

As perspetivas mais positivas com que se encerrou 2012, em termos da resolução da crise da dívida europeia, prenderam-se não com qualquer melhoria dos dados económicos, mas sim com o reforço da coordenação das políticas das autoridades europeias no sentido da estabilização e fortelecimento da União Monetária. A evidência de que os decisores deram os primeiros passos para a criação de uma União Bancária, o reforço da sustentabilidade orçamental, e um conjunto de novas medidas adotadas pelo BCE constituiram ações nesse sentido.

Embora a economia da Área Euro tenha voltado a cair em recessão em 2012, a divulgação de indicadores económicos positivos nos EUA e na China contribuíram, em adição, para que o sentimento de mercado recuperasse nos últimos meses do ano.

Ainda no 3º trimestre de 2012, de acordo com o FMI, a atividade económica mostrou uma melhoria modesta. A aceleração do crescimento foi maior nas economias emergentes, bem como nos EUA, onde o desempenho foi um pouco acima do previsto.

Apesar dos riscos e das incertezas, o ano de 2012, sobretudo devido aos últimos meses, pautou-se por uma elevada contração nos prémios de risco da grande maioria das diferentes classes de ativos que, no cômputo anual, apresentaram rendibilidades positivas. Os fluxos de capitais permaneceram fortes, sobretudo nas economias emergentes.

MERCADO ACIONISTA

Após um inicio de ano com tom positivo, o mercado acionista encetou uma forte queda durante o segundo trimestre de 2012, afetado pelos indícios de propagação da crise da dívida soberana europeia a países de maior dimensão, nomeadamente à Espanha e à Itália, pela necessidade de aprovação de um novo pacote de auxílio financeiro à Grécia, bem como pelas preocupações acerca das necessidades de recapitalização da banca espanhola, e ainda pelo impasse político em alguns países da Área Euro.

O reforço das medidas de estímulo ao crescimento económico, por parte das autoridades monetárias de diversos países, incluindo reduções das taxas de juro diretoras, pelo imperativo de assegurar o fluxo de crédito à economia, o desempenho positivo a que se foi assistindo em termos dos lucros das empresas e alguma retoma da atividade económica, nomeadamente dos EUA e da China na fase final do ano, levou a que o mercado retomasse a tendência de subida ao longo do segundo semestre de 2012, tendo sido possível encerrar o ano com valorizações positivas dos principais índices.

Durante o ano assistiu-se a momentos muito díspares de valorização. Nos EUA, os ganhos mais salientes estiveram concentrados sobretudo na primeira metade de 2012, enquanto na Europa a valorização maior aconteceu durante o segundo semestre. Destaque para o PSI20 português que embora tenha registado uma subida de 2.9%, até final de novembro averbava ainda uma desvalorização.

ÍNDICES BOLSISTAS

	2011		2012	
	Índice	Variação	Índice	Variação
Dow Jones (Nova Iorque)	12217,56	5,5%	13104,14	7,3%
Nasdaq (Nova Iorque)	2605,87	-1,8%	3019,514	15,9%
FTSE (Londres)	5572,28	-5,6%	5897,91	5,8%
NIKKEI (Tóquio)	8455,35	-17,3%	10228,92	21,0%
CAC (Paris)	3159,81	-17,0%	3641,07	15,2%
DAX (Frankfurt)	5898,35	-14,7%	7612,39	29,1%
IBEX (Madrid)	8566,30	-13,1%	8167,50	-4,7%
PSI-20 (Lisboa)	5494,27	-27,6%	5655,15	2,9%

Em 2012, voltaram a observar-se diferentes desempenhos entre regiões, num contexto geral de valorização. Entre os países desenvolvidos, a Europa registou um ano de ganhos mais significativos dos respetivos índices acionistas, após o reforço dos mecanismos de combate à crise da dívida soberana. Evidenciaram-se os índices das economias do centro, destacando-se o DAX alemão, e em menor magnitude os da periferia, sendo de salientar, contudo, o ASE da Grécia com uma subida de 33,4%. Pela negativa, entre os periféricos, apenas a Espanha averbou uma queda, neste caso de -4,7%. O índice japonês subiu 21%, ganho concentrado no final do ano após o vitória do LDP na eleições legislativas ter despoletado o anúncio de mais estimulos económicos. Nos EUA, destaque para a variação positiva no ano, mesmo com o avolumar dos receios em torno da situação das finanças públicas.

O desempenho dos mercados acionistas emergentes em 2012 foi positivo, e em linha com o das praças acionistas dos mercados desenvolvidos, isto apesar dos receios de abrandamento económico. O índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes subiu 15,2%, tendo-se assistido a um comportamento pouco uniforme, já que, enquanto na China o índice Shangai valorizou 3,2%, na Índia o Sensex destacou-se ao subir 25,7%. No Brasil, o Bovespa apreciou-se 15,1%, e na Rússia a subida do índice respetivo foi de 5,2%.

MERCADO OBRIGACIONISTA

A evolução da crise da dívida soberana europeia condicionou o comportamento do mercado obrigacionista ao longo de 2012, à semelhança do verificado no ano anterior, afetando igualmente o segmento de obrigações de empresas, o qual encerrou com uma redução dos spreads, em particular do setor financeiro.

O contágio do receio acerca da sustentabilidade da dívida pública a países de maior dimensão, nomeadamente à Espanha e à Itália, ainda durante a fase final de 2011, estendeu-se e agravou-se ao longo dos primeiros sete meses de 2012, nomeadamente entre março e julho, mesmo após a realização de dois leilões de cedência de liquidez, por parte do BCE, de montantes ilimitados, a 3 anos, por forma a garantir a existência de liquidez no sistema financeiro europeu, o segundo em fevereiro e o primeiro ainda em dezembro de 2011.

As taxas de rendibilidade da dívida soberana de Itália e de Espanha esboçaram, ao longo da primeira parte do ano, uma tendência de subida, registando sucessivos máximos históricos, tendo a trajetória sido contrária no caso da Irlanda e, sobretudo, de Portugal.

A partir do final de julho, a atuação dos bancos centrais, em particular do BCE, foi determinante para o forte estreitamento dos custos de financiamento de Itália e de Espanha, ao mesmo tempo que contribuiu para que os de Portugal e da Irlanda mantivessem a tendência de decréscimo que nestes casos vigoravam desde o início do ano. O fator crucial para a inflexão da tendência de subida das taxas de rendibilidade de Itália e Espanha correspondeu à apresentação do novo mecanismo de compra de dívida soberana europeia o que, embora condicional a um pedido de ajuda à Comissão Europeia, tem um caráter ilimitado em termos dos montantes de compra de titulos de dívida por parte do BCE.

O estreitamento dos prémios de risco das obrigações da periferia, bem como de Itália e de Espanha, foram resultado ainda das decisões positivas das diversas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia e da Área Euro, em termos do reforço dos mecanismos de integração financeira e orçamental.

Apesar da redução do prémio de risco associado à crise da dívida pública europeia, tal não se traduziu numa inversão da trajetória descendente observada ao longo dos primeiros sete meses do ano das taxas de rendibilidade dos países com melhor qualidade creditícia.

As taxas de rendibilidade dos EUA e da Alemanha desceram em 2012, nos vários prazos da curva de rendimentos, algo que se verificou também nos países do centro da Europa. A tendência de queda, por efeito refúgio, levou a que, no final do mês de julho, tenham sido atingidos novos mínimos, no caso das taxas norte-americanas e germânicas. A diminuição das mesmas foi interrompida, na segunda metade do ano, em consequência das decisões referidas com o propósito de cimentar a integração financeira, as quais levaram a uma acalmia significativa dos receios dos investidores quanto à possibilidade de uma fragmentação da União Económica e Monetária.

As taxas de curto prazo nos EUA continuaram a beneficiar da manutenção da taxa diretora da Reserva Federal norte-americana num nível mínimo, da expetativa de que assim permanecerá durante um prolongado período de tempo dada a indicação do FED nesse sentido, e ainda do reforço das medidas de estímulo monetário ao crescimento económico. Assim, após um período inicial de alguma subida, estas desceram para patamares historicamente baixos em julho, antes de estabilizarem durante o resto do ano. Na Área Euro, registou-se um aumento, também durante os primeiros três meses do ano, antes da significativa redução das mesmas nos quatro meses seguintes, para o que contribuiu ainda a decisão do BCE de proceder, em julho, a um corte adicional da taxa de refinanciamento, fixando-a num novo mínimo de 0,75%, bem como cortar para 0% a taxa de remuneração dos depósitos.

As taxas de rendibilidade das maturidades longas, quer norte-americanas, quer germânicas, tiveram, ao longo de todo o ano de 2012, um desempenho muito sincronizado entre si. Após terem registado um aumento nos primeiros meses do ano, averbaram um forte declinio e, à semelhança das taxas de prazos mais curtos, atingiram níveis mínimos históricos, tendo estabilizado nos meses seguintes até ao final do ano. Para além de outros fatores já referidos que condicionaram o comportamento dos mercados, beneficiaram também da diminuição das pressões inflacionistas, a par da incerteza quanto ao grau de arrefecimento económico.

No cômputo do ano, e tal como sucedeu no ano anterior, assistiu-se a uma queda maior das maturidades mais longas do que das mais curtas. Nos EUA, a taxa a 2 anos acabou por registar, ainda assim, um ganho muito marginal (+0,8 p.b.), e a taxa a 10 anos uma queda de -11,9 p.b., enquanto na Alemanha os 2 anos desceram -16 p.b., e os 10 anos diminuíram -51,3 p.b..

A queda da taxa de rendibilidade das obrigações da dívida pública portuguesa destacou-se na Europa. No cômputo do ano, a respetiva taxa a 10 anos, após ter atingido, logo no início do ano, o valor máximo desde a introdução do euro, corrigiu ao longo de todo o ano de 2012. A queda anual de -635 p.b. quase anulou o aumento de 676 p.b. registados durante 2011. A quase ininterrupta

tendência de diminuição caraterizou, igualmente, as taxas de curto prazo, com os 2 anos a descerem -1236 p.b., neste caso mais do que anulando o aumento de -1180 p.b. observado em 2011.

Em termos do desempenho dos spreads das taxas de rendibilidade dos países da periferia face às alemãs, apenas os de Portugal e da Grécia registaram diminuições, no segundo caso fruto da restruturação da dívida pública grega, renegociação das metas orçamentais e melhoria das condições de financiamento nos empréstimos realizados àquele país. No caso do português, o spread reduziu-se em -584 p.b., encerrando o ano no nível mais baixo desde março de 2011. Assistiu-se igualmente a um estreitamento destes diferenciais no caso das economias do centro, França, Holanda, Bélgica e Áustria, e inclusive de Itália. Entre os principais paises, apenas o diferencial de Espanha aumentou, isto apesar da compressão registada durante a segunda metade do ano.

O contexto mais otimista teve reflexos no mercado de dívida privada, cujos spreads, após 2 anos de forte alargamento, registaram uma redução em 2012, beneficiando quer das decisões no seio da União Europeia para a resolução da crise da dívida soberana, quer da atuação dos principais bancos centrais.

O mercado primário revelou em 2012 uma assinalável melhoria, em particular após o verão, permitindo inclusivamente o financiamento de países periféricos, com destaque para as empresas portuguesas.

O setor financeiro beneficiou de forma notória com as medidas do BCE, e com as primeiras decisões no ambito da criação de um futuro sistema bancário integrado, registando um forte estreitamento de spreads sobretudo na segundo metade do ano, mais pronunciado nas empresas financeiras do que nas empresas não financeiras.

MERCADO IMOBILIÁRIO

INTERNACIONAL

Em 2012 a zona Euro continuou mergulhada num clima de incerteza, resultante da crise da dívida soberana e do abrandamento económico, com as diferenças económicas entre o Norte e o Sul da Europa a persistirem, a Alemanha a permanecer no topo da tabela, enquanto a Europa do Sul enfrentava um cenário deveras mais adverso.

A situação económico-financeira teve um impacto direto no desempenho do mercado imobiliário global, que apresentou vários sinais de divergência. No que diz respeito ao mercado global de investimento e, em linha com a tendência dos últimos dois anos, manteve-se uma base consistente de atividade transacional, nomeadamente em ativos *premium* localizados nas principais capitais europeias. Em contrapartida, os volumes de arrendamento enfraqueceram à medida que os ocupantes adotaram estratégias de retração, face à grande incerteza instalada.

No segmento de escritórios constatou-se uma diminuição ao nível das rendas. O crescimento em muitos mercados relativamente saudáveis, como a Alemanha, os Países Nórdicos e Londres, sofreu uma perda de vitalidade, enquanto os países mais afetados pela crise económica da Zona Euro registaram quebras acentuadas nas rendas.

O mercado industrial e logístico registou uma significativa desaceleração da atividade. A incerteza económica aliada ao receio dos diversos promotores e operadores em desenvolver novos projetos foram os grandes fatores para os fracos resultados alcançados.

O setor de retalho viu-se condicionado pelo atual panorama de contenção que se regista no consumo das famílias, consequência de um clima de incerteza Internacional a par de um aumento

das taxas de desemprego. Ainda assim, o mercado das grandes *griffes* e dos artigos de luxo tem apresentado bons resultados onde é visível uma grande competitividade entre marcas, focadas em aproveitar a atual conjuntura para obter as melhores localizações e desenvolver novos conceitos.

No mercado de investimento verificou-se que as transações foram realizadas com um maior volume de capitais próprios, tendo a procura incidido em edifícios de escritórios *prime* nos mercados mais líquidos de Londres, Paris e algumas das principais cidades alemãs e nórdicas. Confirma-se que o setor de escritórios continua a oferecer mais estabilidade do que outros setores, devido, essencialmente, aos contratos de longa duração. Neste contexto, as entidades com capital ou facilidade de obtenção, têm uma excelente oportunidade de reforçar os seus portfólios com ativos *core.*

NACIONAL

No último ano a conjuntura económica e social em Portugal ficou marcada pelo aumento do défice público, do endividamento externo e do desemprego, que foi especialmente adverso para os setores privado e financeiro. Este enquadramento conduziu a uma política restritiva de concessão de crédito com as consequentes repercussões no mercado imobiliário nacional.

No mercado de arrendamento de escritórios, os ocupantes continuaram focados na diminuição da sua estrutura de custos. Em reação a esta situação, os proprietários têm-se revelado disponíveis na negociação dos contratos, reduzindo o valor das rendas e concedendo mais incentivos aos inquilinos, recebendo, como contrapartida, o alargamento dos prazos contratuais.

Em contra ciclo, o comércio de rua nas zonas *prime* de Lisboa continua a ser o segmento mais resiliente à crise, atenta a procura sustentada, por parte de várias marcas de luxo, conjugada com o elevado poder de compra de estrangeiros e turistas provenientes de economias emergentes.

O aumento do desemprego e a elevada quebra no consumo privado afetaram o segmento industrial e logístico, que, apesar da subida das exportações, ficou marcado por uma pressão descendente sobre os valores, resultado de uma acentuada queda da procura.

A compra e venda de habitação tem registado uma diminuição da procura resultante, fundamentalmente, da subida das taxas de juro, das restrições das instituições financeiras à concessão de crédito, bem como da falta de confiança das famílias. Todavia, consequentemente tem surgido um mercado de arrendamento habitacional mais eficaz e racional.

O mercado de investimento continua a apresentar uma fraca performance. Na origem estiveram o agravamento do *rating* da divida soberana, a falta de confiança dos investidores, a ausência de financiamento e o débil desempenho dos mercados. Contudo, se é certo que as perspetivas não são animadoras, também é certo que há novos *players* emergentes com interesse no mercado nacional - investidores privados e grupos familiares - que vêm substituir os tradicionais investidores institucionais, agora afastados do mercado nacional. Com efeito, estima-se uma crescente procura focada no aproveitamento das descidas dos preços e subida das taxas de retorno.

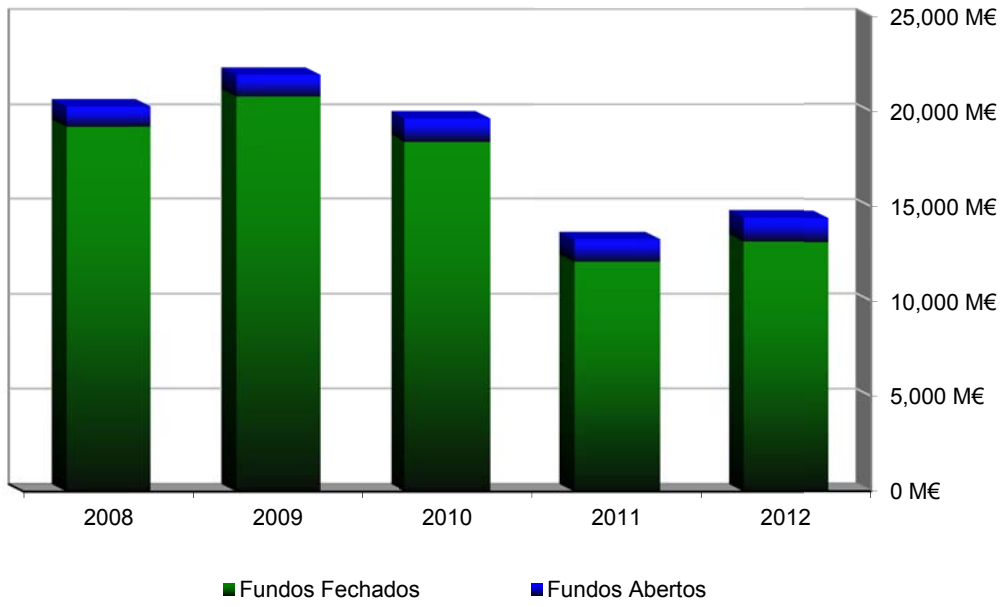
MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

Em 31 de Dezembro de 2012 o valor sob gestão dos fundos de pensões ascendia a 14.388 milhões de euros (M€), o que traduz um acréscimo de 8,7% relativamente ao final do ano anterior.

O desempenho dos mercados, sobretudo, dos segmentos acionista e obrigacionista, contribuiu para as valorizações registadas nos ativos geridos pelas gestoras de fundos de pensões.

Os Fundos Fechados registaram um aumento de 12.078 M€ para 13.114 M€, continuando a dominar este mercado com uma quota de 91,1% do montante total.

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES PORTUGUÊS



Fonte: ISP – Instituto de Seguros de Portugal

Durante o ano de 2012 foram extintos cinco fundos de pensões, um PPA e quatro fundos fechados, dos quais um foi liquidado e três foram transferidos para fundos já existentes. No mesmo período assistiu-se à constituição de três fundos de pensões fechados, do que resultou um conjunto de 227 fundos de pensões, 155 dos quais fechados.

No final de 2012, o mercado estava representado por 11 sociedades gestoras e por 12 empresas de seguros. As cinco maiores sociedades gestoras concentravam mais de 79% do volume total gerido e a CGD Pensões ocupava o segundo lugar no *ranking* por montante, com uma quota de 15,8%.

ATIVIDADE DA CGD PENSÕES, S.A.

COMERCIAL

A CGD Pensões terminou o ano tendo sob gestão: 16 fundos de pensões fechados e 4 fundos de pensões abertos. Já no final do ano, por via de concurso lançado no mercado a CGD Pensões obteve o mandato da gestão de dois fundos de pensões fechados um dos quais com capital garantido. Encontra-se no ISP, para autorização, a constituição do novo fundo de pensões das seguradoras do Grupo no âmbito do novo contrato coletivo de trabalho, o PIR Fidelidade – Companhia de Seguros e Associadas.

Para além das adesões individuais celebradas nos quatro fundos de pensões abertos comercializados na rede CGD encontravam-se ainda sob gestão 33 adesões coletivas ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Ativa,12 ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Valor e 15 ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente, num total de 60.

O valor patrimonial dos fundos geridos, em 31 de Dezembro de 2012, ascendia a 2.306,3 M€, representando um acréscimo de 9,02% face aos 2.115,3 M€ geridos no final de 2011.

Devido à manutenção conjuntura de crise que marcou a economia mundial durante o ano, os reembolsos de unidades de participação dos fundos de pensões abertos, realizados na sua larga maioria por participantes com direito a pensão de reforma, ascenderam a 11,8 M€, dos quais 2,5 M€ respeitam a transferências entre os três fundos de pensões abertos. Não obstante, durante o ano, registaram-se subscrições no valor de 10,9 M€, das quais 2,7M€ resultaram de transferências.

No último trimestre do ano iniciou-se o projeto conducente à dinamização da celebração de adesões coletivas aos três fundos de pensões abertos através da rede comercial da CGD, e prevê-se que a primeira fase deste projeto esteja implementada até final de Junho do corrente ano.

Para alcançar os objetivos a que se propôs, a Sociedade continuou a contar com a colaboração imprescindível da rede comercial da CGD e da área comercial da Caixa Gestão de Ativos.

FINANCEIRA

Não obstante ter conseguido crescer em montantes ao longo de 2012, o valor das Comissões da CGD Pensões, 2,93 M€, teve um ligeiro decréscimo de 1,28% face ao período homólogo de 2011.

Quanto aos Custos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos registaram um ligeiro crescimento de 4,1% face ao período homólogo do ano anterior, ascendendo a 2,02M€ em 2012.

Assim o Resultado Líquido do Exercício de 2012, no valor de 674.183 euros, regista um decréscimo de 15,1% face ao do ano anterior.

(Milhares de Euros)

	2011	2012	Variação
Ativo líquido	5 402	5 061	- 6,3%
Capitais próprios	4 706	4 392	- 6,7%
Distribuição de Dividendos e Reservas	915	988	+ 7,9%
Resultado líquido	794	674	-15,1%
Capital social	3 000	3 000	
% GRUPO CGD	100%	100%	

A CGD Pensões deu integral cumprimento às orientações transmitidas pelo acionista no sentido de implementar um rigoroso controlo de custos operativos, tanto em custos com os recursos humanos como em termos de fornecimentos e serviços de terceiros. Os valores apurados estão contudo influenciados pela transferência dos custos com um administrador, quadro da CGD, anteriormente contabilizado em pessoal cedido e pelo crescimento das comissões pagas à Caixagest, no âmbito da subcontratação da gestão que, em 2012, derivado do aumento substancial do valor da comissão de *performance* a pagar à referida gestora e decorrente da *outperformance* obtida no ano.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A área de gestão dos sistemas de informação da Caixa Gestão de Ativos consolidou, durante o ano de 2012, os processos de negócio através da melhoria das atividades de gestão de informação e de gestão tecnológica:

- Foi dada continuidade à atualização dos sistemas centrais de informação utilizados nas áreas de apoio ao negócio, nomeadamente:
- Aos sistemas de valorização de fundos de investimento mobiliário, fundos de investimento imobiliário, fundos de pensões e gestão de patrimónios;
- Ao sistema de gestão de contribuições e participantes dos fundos de pensões;
- Ao sistema de apoio ao processo de reconciliações financeiras e físicas;
- Ao programa de contabilidade e gestão de pessoal;
- Na consolidação da plataforma de gestão e distribuição de informação, que fornece serviços de informação na área de gestão de valores mobiliários, *pricing*, r*eporting* legal e disponibiliza informação para as diversas áreas de negócio da Caixa Gestão de Ativos;
- Foi implementada a componente de Obrigações da nova ferramenta de *frontoffice* para a gestão de ativos “Charles River“ cuja utilização plena encontra-se prevista para 2013;
- Foi implementado o novo web site da CGD Pensões com criação de uma área de empresas e particulares para consulta de posição de contribuições e respetivo extrato de movimentos para cada uma das adesões aos fundos de pensões abertos.

MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

A Sociedade considera fundamental que os Fundos e as Carteiras que administra possuam um sistema de controlo interno adequado e eficaz. A sociedade define o sistema de controlo interno como o conjunto de estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, e ainda as ações desenvolvidas por este Conselho e todos os colaboradores da CGD Pensões, por forma a assegurar:

- O desempenho eficiente e rentável, no médio e longo prazo, da atividade através de uma utilização eficaz dos ativos e recursos;
- O efetivo cumprimento das obrigações legais e regulamentares a que se encontra sujeita;
- A apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, assegurando a estabilidade e sobrevivência da sociedade;
- A prudente e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades;
- A existência de informação financeira e de gestão completa e fiável.

Para atingir estes objetivos a Sociedade tem vindo a fomentar, ao longo do tempo, uma cultura e um ambiente de controlo adequados, assegurando atividades de controlo, um mecanismo de avaliação do ambiente de controlo, bem como um efetivo processo de monitorização.

Diversos projetos têm sido implementados, abrangendo de forma transversal todos os órgãos de estrutura da organização, nomeadamente, em termos de gestão do risco operacional e mecanismo de controlo interno (ROCI), bem como na implementação e manutenção do plano de continuidade de negócio (PCN).

A implementação do projeto ROCI permitiu a criação da função de gestão de riscos para a sociedade gestora. Para os fundos de pensões, a função de gestão de riscos é já da competência da Direção de Risco da CGD encontrando-se em vias de formalização a subcontratação da mesma o que não impede a prestação da referida informação.

Tendo presente o disposto na Norma 8/2009R do ISP, relativamente ao processo de monitorização do sistema de controlo interno, a Sociedade subcontratou, no início do ano, a função de auditoria interna à Direção de Auditoria Interna da CGD, tendo ficado já estabelecido o programa de ação a desenvolver nos próximos 3 anos, com início em 2012.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do preceituado nos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Imposto da CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., relativo ao ano de 2012, no valor de 674.183,22 euros (seiscentos e setenta e quatro mil, cento e oitenta e três euros e vinte e dois cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- 10%, ou seja, 67.418,32 euros, para reforço da Reserva Legal;
- o remanescente, ou seja, 606.764,90 euros, colocamos à disposição do acionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pelo acompanhamento da evolução dos fundos e das sociedades;
- Aos membros da Assembleia-geral e das entidades revisoras de contas das sociedades e dos fundos, pelo empenhamento colocado na sua atuação fiscalizadora;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, a quem de dedica uma palavra de apreço;
- Às estruturas centrais do Grupo CGD, designadamente às estruturas de apoio às participadas, marketing, gestão de produtos, gestão de risco, gestão de pessoal, assessoria jurídica, controlo de gestão, compliance, informática e auditoria interna, de quem se recebeu empenhada colaboração;
- Aos colaboradores de todas as empresas da Caixa Gestão de Ativos, a cuja competência, dedicação e espírito de serviço, se devem parte importante dos resultados alcançados;
- Ao Acionista Único, pelo seu apoio permanente e acompanhamento da atividade da Sociedade.

Lisboa, 9 de Fevereiro de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria – Presidente

Henrique Pereira Melo

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2012	2011
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	6.472	5.365
Ativos intangíveis	6	1.047	12.660
Outros ativos financeiros	7	1.084.565	2.703.937
Total do ativo não corrente		1.092.084	2.721.962
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	96.185	150.053
Estado e outros entes públicos	8	14.456	-
Outras contas a receber	10	817.963	690.220
Diferimentos	11	15.245	14.687
Outros ativos financeiros	7	2.418.692	1.534.179
Caixa e depósitos bancários	4	606.786	290.422
Total do ativo corrente		3.969.327	2.679.561
Total do ativo		5.061.411	5.401.523
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	3.000.000	3.000.000
Reservas legais	12	717.858	638.463
Resultados transitados	12	-	273.081
Resultado líquido do exercício	12	674.183	793.963
Total do capital próprio		4.392.041	4.705.507
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	8	8.146	12.220
Total do passivo não corrente		8.146	12.220
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	270.094	32.528
Estado e outros entes públicos	8	5.359	90.924
Outras contas a pagar	14	385.771	560.344
Total do passivo corrente		661.224	683.796
Total do passivo		669.370	696.016
Total do capital próprio e do passivo		5.061.411	5.401.523

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2012	2011
Serviços prestados	15	2.926.785	2.964.640
Fornecimentos e serviços externos	16	(1.593.728)	(1.534.654)
Gastos com o pessoal	17	(423.534)	(402.922)
Aumentos / (reduções) de justo valor	7	(28.643)	79.728
Outros rendimentos e ganhos	18	67.717	10.359
Outros gastos e perdas	19	(38.873)	(38.886)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		909.724	1.078.265
Gastos de depreciação e de amortização	5 e 6	(14.666)	(58.481)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		895.058	1.019.784
Juros e rendimentos similares obtidos	20	24.796	60.820
Juros e gastos similares suportados	21	(10)	(13)
Resultado antes de impostos		919.844	1.080.591
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(245.661)	(286.628)
Resultado líquido do exercício		674.183	793.963
Resultado por ação	24	1,12	1,32

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Montantes expressos em Euros)

	Capital	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	3.000.000	536.745	273.081	1.017.170	4.826.996
Aplicação dos resultados do exercício anterior:					
Distribuição de dividendos	-	-	-	(915.452)	(915.452)
Transferência para reservas legais	-	101.718	-	(101.718)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	793.963	793.963
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	3.000.000	638.463	273.081	793.963	4.705.507
Aplicação dos resultados do exercício anterior:					
Distribuição de dividendos	-	-	-	(714.566)	(714.566)
Transferência para reservas legais	-	79.397	-	(79.397)	-
Distribuição de resultados transitados	-	-	(273.081)	-	(273.081)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	674.183	674.183
Outros	-	(2)	-	-	(2)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	3.000.000	717.858	-	674.183	4.392.041

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	2012		2011	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	2.840.901		3.078.963	
Pagamentos a fornecedores	(510.318)		(619.671)	
Pagamentos de comissões de assessoria financeira	(565.123)		(432.237)	
Pagamentos de comissões de comercialização	(548.483)		(481.045)	
Pagamentos ao pessoal	(316.148)		(320.649)	
Caixa gerada pelas operações	900.829		1.225.361	
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(376.226)		(386.068)	
Outros pagamentos / (recebimentos)	48.444		(138.442)	
Fluxos das atividades operacionais [1]		573.047		700.851
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	(4.160)		-	
Ativos intangíveis	-		(11.160)	
Investimentos financeiros	(1.063.065)	(1.067.225)	(236.055)	(247.215)
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	-		45	
Investimentos financeiros	1.777.789		350.168	
Juros e rendimentos similares	20.572	1.798.361	45.254	395.467
Fluxos das atividades de investimento [2]		731.136		148.252
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	(162)		(159)	
Juros e gastos similares	(10)		(13)	
Distribuição de dividendos e resultados transitados	(987.647)	(987.819)	(915.452)	(915.624)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(987.819)		(915.624)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		**316.364**		**(66.521)**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		290.422		356.943
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		606.786		290.422

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante igualmente designada por "CGD Pensões" ou "Sociedade") foi constituída em 14 de Maio de 1992. A Sociedade tem como principal atividade a administração, gestão e representação de fundos de pensões (Fundos), sendo responsável em 31 de Dezembro de 2012 pela gestão dos Fundos fechados das seguintes entidades (Associados):

Denominação	Data de constituição	Data de início da gestão
Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Fundo CGD)	31-12-1991	30-09-1992
18,75% do Fundo de Pensões Gestnave (Fundo Gestnave)	01-10-1998	01-10-1998
Fundo de Pensões da Euronext Lisbon (Fundo Euronext Lisbon)	15-01-2000	15-01-2000
Fundo de Pensões da Interbolsa (Fundo Interbolsa)	27-12-2001	27-12-2001
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros (Fundo CPR)	31-12-1998	01-12-2002
Fundo de Pensões da Galp Energia (Fundo Galp Energia)	02-01-2003	02-01-2003
Fundo de Pensões Impresa Publishing e Associadas (Fundo Impresa Publishing e Associadas)	31-12-1987	01-01-2004
Fundo de Pensões do Instituto Nacional de Estatística (Fundo INE)	21-12-1999	01-04-2004
Fundo de Pensões CMVM (Fundo CMVM)	29-09-2000	01-01-2005
Fundo de Pensões Império – Bonança (Fundo Império - Bonança)	28-12-2005	30-12-2005
Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Fundo SCML)	22-02-2008	22-02-2008
Fundo de Pensões Fidelidade (Fundo Fidelidade)	30-04-1999	01-01-2008
Fundo de Pensões do Pessoal da Mundial - Confiança (Fundo Mundial - Confiança)	31-12-1997	01-01-2008
Fundo de Pensões Petrogal (Fundo Petrogal)	29-12-1988	23-04-2009
Fundo de Pensões S.T.E.T. (Fundo STET)	05-09-2003	01-01-2010
Fundo de Pensões ICP - Anacom (Fundo ICP - Anacom)	18-12-2003	01-07-2011

O Fundo SCML é gerido em cogestão pela CGD Pensões, Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., sendo a CGD Pensões a Sociedade Gestora líder.

Adicionalmente, na mesma data a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos abertos:

Denominação	Data de constituição
Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Activa" (Fundo Caixa Reforma Activa)	13-12-2001
Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Valor" (Fundo Caixa Reforma Valor)	02-12-2005
Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Garantida 2022" (Fundo Caixa Reforma Garantida 2022)	19-03-2007
Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Prudente" (Fundo Caixa Reforma Prudente)	15-07-2008

Conforme indicado na Nota 12, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. (Grupo CGD). Os principais saldos e transações com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 25.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de Fevereiro de 2013. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas que constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e respetivas normas interpretativas em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos e passivos correntes e não correntes

Um ativo é classificado como "corrente" quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido, no decurso normal do ciclo operacional da Sociedade;
- Seja detido essencialmente com a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos são classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como "corrente" quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Sociedade;
- Exista essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos são classificados como não correntes.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida), deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período

de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização praticadas traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas dos ativos:

	Anos
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação ou o abate.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A Sociedade estima a vida útil do *software* em três anos.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros:

(i) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros dizem integralmente respeito a unidades de participação em fundos de investimento e são mensurados ao justo valor, sendo as variações registadas na rubrica "Aumentos /(reduções) de justo valor", da demonstração dos resultados.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações.

As mais e menos-valias realizadas resultantes do resgate de unidades de participação são determinadas face ao valor de balanço no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido subscritos durante o exercício, por aplicação do critério de custeio FIFO. Neste sentido, os "Aumentos/(reduções) de justo valor correspondem à diferença entre o valor da unidade de participação à data de relato e o valor de balanço no final do ano anterior corrigido pelas subscrições ocorridas no ano, por aplicação do critério de custeio FIFO.

(ii) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados no ativo pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir esta é revertida por resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na mesma rubrica.

(iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A caixa e equivalentes de caixa encontram-se registados no ativo pelo seu valor nominal.

(iv) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados no passivo pelo seu valor nominal.

(v) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se estabelece o direito da Sociedade a receber esse montante.

Remuneração de gestão

Como remuneração pela sua atividade, a Sociedade cobra aos Fundos geridos comissões de gestão financeira e comissões de gestão técnica e administrativa, calculadas sobre o valor dos Fundos e sobre as contribuições dos Associados para os mesmos, respetivamente, com o seguinte detalhe:

- Fundos Fechados:

Fundo	Comissão de gestão financeira			Comissão sobre as contribuições
	Percentagem anual	Periodicidade	Base de incidência	
Fundo CGD	0,010%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	-
Fundo Gestnave	0,200% 0,180% 0,160%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo < Eur 9.975.958 de Eur 9.975.958 a Eur 19.951.916 > Eur 19.951.916	-
Fundo Euronext Lisbon	0,200%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo Interbolsa	0,200%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo CPR	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	5,00%
Fundo Galp Energia	0,300%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%/0,40%
Fundo Impresa Publishing e Associadas	0,450%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo INE	0,500%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,50%
Fundo CMVM	0,125%	Trimestral	Valor de mercado dos activos do Fundo	Taxa ISP
Fundo Império – Bonança	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP
Fundo SCML	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,15%
Fundo Fidelidade	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP
Fundo Mundial - Confiança	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP
Fundo Petrogal	-	Trimestral	100.000 Euros por ano	-
Fundo STET	0,500%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Taxa ISP
Fundo ICP - Anacom	0,350%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Taxa ISP

- Fundos Abertos:

Fundo	Comissão de gestão financeira				Comissão de subscrição	Comissão de resgate
	Percentagem	Periodicidade	Base de incidência	Observações		
Fundo Caixa Reforma Activa	Máximo 3% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2012 e 2011 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Valor	Máximo 3% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2012 e 2011 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	Máximo 3% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada no exercício de 2012 ascendeu a 0,77%. A taxa cobrada no exercício de 2011 ascendeu a 0,77% durante o primeiro semestre e a 0,68% durante o segundo semestre.	Máximo 10% ao ano	Máximo 10% ao ano
Fundo Caixa Reforma Prudente	Máximo 1% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2012 e 2011 ascendeu a 0,5%	Máximo 1% ao ano	Máximo 2% ao ano

Pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de pensões abertos "Fundo Caixa Reforma Ativa", "Fundo Caixa Reforma Valor" e Fundo Caixa Reforma Prudente", a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra uma comissão de comercialização equivalente a 55% da comissão de gestão cobrada pela CGD Pensões a estes Fundos, deduzida das comissões cobradas às adesões coletivas. Esta comissão é registada na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" (Nota 16).

A Sociedade cobra ao Fundo SCML uma comissão de performance correspondente a 20% da diferença entre a rentabilidade da carteira gerida e a rentabilidade do *benchmark* em 31 de Dezembro de cada ano, com um máximo correspondente ao dobro da comissão anual fixa. Esta comissão é registada na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" (Nota 16).
A Sociedade cobra ainda aos Fundos Galp Energia e ICP – Anacom comissões anuais de 80 Euros e 5 Euros, respetivamente, por cada participante.

A Sociedade deduz à comissão de gestão financeira cobrada aos Fundos Euronext e Interbolsa o montante anual de 2.500 Euros e 1.000 Euros, respetivamente.

3.8 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são também registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera que venham a estar em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas no final de cada exercício económico.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registados para as diferenças temporárias dedutíveis relativamente às quais existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expetativas quanto à sua utilização futura.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Nos termos do Decreto-Lei nº 171/87, de 20 de Abril, sobre as contribuições dos Associados para os respetivos Fundos incide uma taxa do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), a qual constitui encargo de cada Fundo. Não obstante, no que se refere aos Fundos Caixa Reforma Ativa, Caixa Reforma Valor, Império - Bonança, CMVM, Galp Energia, Caixa Reforma Garantida 2022, Fidelidade, Mundial – Confiança, Caixa Reforma Prudente e ICP - Anacom, esta taxa é suportada pela Sociedade, sendo registada na rubrica de “Outros gastos e perdas - Impostos” (Nota 19).

3.10 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa

obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante dessa obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As provisões são revistas em cada data de relato financeiro sendo ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo os mesmos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.12 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.13 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação destas demonstrações financeiras foram os seguintes:

(i) Especialização de comissões a receber e a pagar

Os montantes relativos às especializações das comissões a receber e a pagar correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração em 31 de Dezembro de 2012 sobre o montante a receber e a pagar em 2013, respetivamente.

(ii) Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do

melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). A caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 têm o seguinte detalhe:

	2012	2012
Numerário	200	200
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	606.586	290.222
	606.786	290.422

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis dizem integralmente respeito a depósitos à ordem junto da Caixa Geral de Depósitos, os quais eram remunerados às taxas de juro anuais de 0,11% e 1,01%, respetivamente.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2012									
	Saldos no início				Alienações / abates			Saldos no final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento administrativo	30.410	(25.045)	5.365	4.160	-	-	(3.053)	34.570	(28.098)	6.472

	2011									
	Saldos no início				Alienações / abates			Saldos no final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento administrativo	30.720	(23.154)	7.566	-	(310)	156	(2.047)	30.410	(25.045)	5.365

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2012							
	Saldos no início					Saldos no final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento informático (software)	252.057	(239.397)	12.660	-	(11.613)	252.057	(251.010)	1.047

	2011							
	Saldos no início					Saldos no final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento informático (software)	248.914	(182.963)	65.951	3.143	(56.434)	252.057	(239.397)	12.660

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica decompunha-se como segue:

	2012		
Títulos	Valor inicial	Valor de mercado	Variações do justo valor no exercício
Activos não correntes			
Unidades de participação em fundos de investimento imobiliários:			
. Logística e Distribuição	716.463	669.240	(47.223)
. Maxirent	292.905	296.235	3.330
. Tishman Esof Sfeeder	125.455	108.633	(16.822)
. Lusimovest	10.675	10.457	(218)
	1.145.498	1.084.565	(60.933)
Activos correntes			
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliários:			
. Caixa Fundo Monetário	2.386.402	2.418.692	32.290
	3.531.900	3.503.257	(28.643)

	2011		
Títulos	Valor inicial	Valor de mercado	Variações do justo valor no exercício
Activos não correntes			
Unidades de participação em fundos de investimento imobiliários:			
. Fundimo	1.415.257	1.404.713	(10.544)
. Logística e Distribuição	680.080	716.463	36.383
. Maxirent	287.815	292.905	5.090
. Caixagest Imobiliário	149.931	153.726	3.795
. Tishman Esof Sfeeder	109.913	125.455	15.542
. Lusimovest	12.217	10.675	(1.542)
	2.655.213	2.703.937	48.724
Activos correntes			
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliários:			
. Caixa Fundo Monetário	1.503.175	1.534.179	31.004
	4.158.388	4.238.116	79.728

O valor inicial das unidades de participação corresponde ao seu custo de aquisição, no caso de terem sido compradas ao longo do ano, ou ao seu valor de balanço em 31 de Dezembro do ano anterior, no que se refere às unidades de participação adquiridas em exercícios anteriores.

Nos exercícios de 2012 e 2011, a Sociedade realizou mais-valias na alienação de investimentos financeiros nos montantes de 30.777 Euros e 4.317 Euros, respetivamente (Nota 18). Em 2012 e 2011, foram ainda recebidos rendimentos de unidades de participação nos montantes de 22.365 Euros e 54.109 Euros, respetivamente (Nota 20).

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e respetiva Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2012 e 2011 corresponde a 26,5%.

Adicionalmente, nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo.

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 25), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Para este efeito, o sujeito passivo deve adotar o método ou métodos suscetíveis de assegurar o mais elevado grau de comparabilidade entre as operações que efetua e outras substancialmente idênticas, em situações normais de mercado ou de ausência de relações especiais, nos termos previstos no referido preceito legal, devendo ainda manter organizada a documentação respeitante à política adotada em matéria de preços de transferência.

O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

O imposto sobre o rendimento contabilizado nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 encontra-se corrigido pelo efeito do registo de impostos diferidos, de acordo com o disposto na NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento:

	2012	2011
Impostos diferidos passivos revertidos no ano:		
. Ajustamentos de transição para SNC	(4.073)	(4.073)
. Imposto corrente	249.734	290.701
	245.661	286.628

Os ajustamentos para menos-valias potenciais registados pela Sociedade até 31 de Dezembro de 2009 não eram dedutíveis para efeitos fiscais. Com a adoção das NCRF, os investimentos financeiros passaram a ser registados pelo justo valor por contrapartida de resultados, sendo as variações de justo valor relevantes para o apuramento do lucro tributável. Conforme definido no nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei 159/2009, de 13 de Julho, o impacto da transição para as NCRF calculado com referência a 1 de Janeiro de 2010 deve ser relevado para efeitos fiscais durante um período de 5 anos, com início em 2010. Os impostos diferidos registados pela Sociedade em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 correspondem ao impacto fiscal dos montantes que terão de ser acrescidos até 2014.

A composição dos passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	2012	2011
Ajustamentos de transição para SNC	30.740	46.112
Taxa de imposto	26,5%	26,5%
	8.146	12.220

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposta verificada nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como se segue:

	2012		2011	
	2012	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		919.844		1.080.591
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	243.759	26,50%	286.357
Diferenças permanentes tributáveis	0,23%	2.143	0,43%	4.620
Diferenças permanentes dedutíveis	-0,39%	(3.609)	-0,32%	(3.509)
Tributação autónoma	0,37%	3.369	0,07%	723
Outros	0,00%	(1)	-0,14%	(1.563)
Imposto sobre o rendimento	26,71%	245.661	26,53%	286.628

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Estado e outros entes públicos” do ativo respeita ao Imposto sobre o rendimento de Pessoas Coletivas a recuperar relativo ao exercício de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Estado e outros entes públicos” do passivo apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Retenção de impostos sobre outros rendimentos	4.604	7.758
Contribuições para a Segurança Social	755	6.595
Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a pagar	-	76.571
	5.359	90.924

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a pagar / (a recuperar) decompõe-se como segue:

	2012	2011
Imposto corrente	249.734	290.701
Pagamentos por conta	(237.261)	(198.899)
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	(26.929)	(15.231)
Imposto a pagar / (a recuperar)	(14.456)	76.571

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2009 a 2012 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais relativamente aos exercícios acima indicados não terão um efeito significativo para as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

9. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Clientes, conta corrente:		
. Galp Energia	94.080	88.720
. Petrogal	-	50.000
. Caixagest – cedência de pessoal	-	8.767
. Outros	2.105	2.566
	96.185	150.053

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui 94.080 Euros e 88.720 Euros relativos às comissões de participante que, nos termos do contrato de gestão do Fundo Galp Energia, são debitadas diretamente ao Associado. Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui ainda 50.000 Euros relativos às comissões de gestão financeira e de gestão técnica e administrativa do Fundo Petrogal referentes ao segundo semestre de 2011, debitadas diretamente ao Associado, nos termos do contrato de gestão do respetivo Fundo.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Acréscimos de proveitos:		
Comissões de gestão a receber:		
. Fundo CGD	342.833	328.584
. Fundo Caixa Reforma Ativa	109.547	93.050
. Fundo SCML	74.126	35.235
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	68.710	62.779
. Fundo Caixa Reforma Prudente	51.457	40.655
. Fundo Império – Bonança	37.932	27.267
. Fundo Fidelidade	27.247	21.950
. Fundo Petrogal	25.000	25.000
. Fundo Caixa Reforma Valor	16.333	(634)
. Fundo Galp Energia	14.209	7.644
. Fundo Mundial – Confiança	11.626	9.543
. Fundo Impresa Publishing e Associadas	5.619	5.464
. Fundo INE	5.176	4.413
. Fundo Euronext Lisbon	5.095	4.013
. Fundo Gestnave	3.137	3.157
. Fundo CMVM	2.991	2.701
. Fundo ICP – Anacom	2.886	2.399
. Fundo Interbolsa	2.180	1.747
. Fundo STET	349	435
. Fundo CPR	115	166
	806.568	675.568
Juros de depósitos bancários a receber	68	606
Outros acréscimos de proveitos	16	32
	806.652	676.206
Outros devedores:		
. Adiantamentos a colaboradores	11.056	14.014
. Outros	255	-
	817.963	690.220

11. DIFERIMENTOS - ATIVO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Seguros	15.245	14.593
Outros gastos a reconhecer	-	94
	15.245	14.687

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 600.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente detidas pela Caixa – Gestão de Ativos, SGPS, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de reservas legais, resultados transitados e resultado líquido do exercício apresentam a seguinte composição:

	2012	2011
Reservas legais	717.858	638.463
Resultados transitados	-	273.081
	717.858	911.544
Resultado líquido do exercício	674.183	793.963
	1.392.041	1.705.507

Reservas legais

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Na sequência de deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de Março de 2012, a Sociedade distribuiu dividendos por aplicação do resultado do exercício de 2012, bem como por aplicação dos resultados transitados, nos montantes de 714.566 Euros e 273.081 Euros, respetivamente.

Na sequência de deliberação da Assembleia Geral realizada em 29 de Abril de 2011, a Sociedade distribuiu dividendos, no montante de 915.452 Euros.

13. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Fornecedores, conta corrente:		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	172.995	17.014
. Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	51.100	-
. Towers Watson	31.388	1.434
. Outros	14.118	13.425
	269.601	31.873
Fornecedores de imobilizado:		
. Fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira	493	655
	270.094	32.528

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Caixa Geral de Depósitos, S.A." inclui as comissões a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de pensões abertos "Fundo Caixa Reforma Ativa", "Fundo Caixa Reforma Valor" e Fundo Caixa Reforma Prudente" relativas aos meses de Julho a Novembro de 2012, já faturadas e ainda não pagas, no montante de 155.931 Euros (Nota 14).

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Acréscimos de custos:		
. Comissões de assessoria financeira	175.810	117.002
. Estudos atuariais	45.675	72.174
. Comissões de comercialização	32.216	216.527
. Encargos com férias	30.994	66.125
. Taxa a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal	17.252	8.572
. Publicidade	9.378	-
. Seguros	7.343	910
. Outros acréscimos de custos	67.103	79.034
	385.771	560.344

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Comissões de assessoria financeira" refere-se às comissões do último trimestre de cada ano a liquidar à Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Caixagest) nos termos do contrato celebrado pela gestão da totalidade dos ativos que integram as carteiras sob gestão da Sociedade, assim como pela prestação de serviços de *backoffice*, controlo de risco e avaliação de performance (Nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Comissões de comercialização" respeita às comissões a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de Pensões Abertos "Fundo Caixa Reforma Ativa", "Fundo Caixa Reforma Valor" e "Fundo Caixa Reforma Prudente" de Dezembro de 2012 e do segundo semestre de 2011, respetivamente (Nota 16).

15. RÉDITO – SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade por serviços prestados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Comissões de gestão e administração dos Fundos de Pensões:		
. Fundo CGD	1.318.458	1.281.033
. Fundo Caixa Reforma Activa	482.866	608.886
. Fundo Caixa Reforma Prudente	201.369	191.794
. Fundo Galp Energia	157.497	141.566
. Fundo SCML	129.535	128.758
. Fundo Império – Bonança	106.880	91.986
. Fundo Petrogal	100.000	100.000
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	86.420	81.585
. Fundo Fidelidade	86.085	83.082
. Fundo Caixa Reforma Valor	75.742	73.783
. Fundo Mundial – Confiança	35.870	33.352
. Fundo Impresa Publishing e Associadas	22.218	21.749
. Fundo INE	21.939	18.469
. Fundo ICP - Anacom	13.434	6.874
. Fundo Euronext Lisbon	12.831	10.210
. Fundo Gestnave	12.628	12.533
. Fundo CMVM	11.125	9.359
. Fundo Interbolsa	4.781	3.700
. Fundo CPR	482	673
. Fundo Finibanco	-	51.124
. Fundo S.T.E.T.	(105)	3.343
	2.880.055	2.953.859
Comissões de depósito - Fundo CPR	59	115
Comissão de performance - Fundo SCML	38.848	-
Comissões de subscrição:		
. Fundo Caixa Reforma Prudente	2.331	5.042
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	715	-
. Fundo Caixa Reforma Activa	385	1.216
. Fundo Caixa Reforma Valor	195	145
	3.626	6.403
Comissões de resgate:		
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	2.147	830
. Fundo Caixa Reforma Prudente	1.086	1.568
. Fundo Caixa Reforma Valor	277	229
. Fundo Caixa Reforma Activa	28	68
	3.538	2.695
Comissões de transferência:		
. Fundo Caixa Reforma Activa	480	1.268
. Fundo Caixa Reforma Prudente	179	125
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	-	175
	659	1.568
	2.926.785	2.964.640

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica "Comissões de gestão e administração dos Fundos de Pensões – Fundo SCML" inclui 56.414 Euros e 57.127 Euros, respetivamente, relativos à comissão de líder de gestão paga à Sociedade. Esta comissão corresponde à remuneração da Sociedade Gestora pela sua atividade de líder na gestão do património do Fundo. Nos termos do Contrato de Gestão do Fundo, esta comissão é calculada trimestralmente sobre o valor de mercado da carteira do Fundo gerida pela Sociedade Gestora no final de cada trimestre. Para este efeito, o valor de mercado da carteira é equiparado ao valor do Fundo no final de cada trimestre.

A comissão aplicável varia da seguinte forma:

Valor do Fundo	Comissão anual
Até 50.000.000 Euros	0,075%
Superior a 50.000.000 Euros	0,050%

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica "Comissão de performance – Fundo SCML" corresponde à comissão de performance cobrada ao Fundo SCML. Esta comissão corresponde a 20% da diferença entre a rentabilidade da carteira gerida pela Sociedade e a rentabilidade do *benchmark* em 31 de Dezembro de cada ano, com um máximo correspondente ao dobro da comissão anual fixa. Em 2011, não foi cobrada comissão de performance uma vez que a rentabilidade da carteira gerida pela Sociedade foi inferior à do *benchmark*.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Rendas e alugueres:		
. CGD (Nota 25.4)	31.468	31.103
. Outras entidades	19.289	15.185
Comunicação	13.446	14.603
Trabalhos especializados:		
. Comissões de assessoria financeira (Nota 25.4)	623.932	488.739
. Comissões de comercialização (Notas 14 e 25.4)	364.172	450.262
. Estudos atuariais	205.452	201.610
. Consultoria	82.846	68.849
. Honorários	80.189	55.383
. Outros trabalhos especializados	74.882	86.190
. Remunerações pagas à CGD (Nota 25.4)	35.236	57.035
. Informática	26.841	35.875
. Publicidade	19.393	11.214
Eletricidade e água	8.023	7.130
Limpeza, higiene e segurança	3.481	5.668
Deslocações e estadas	951	935
Outros fornecimentos e serviços externos	4.127	4.873
	1.593.728	1.534.654

A rubrica "Comissões de assessoria financeira" refere-se aos custos incorridos com o contrato celebrado em 1 de Abril de 2008 com a Caixagest, pela gestão da totalidade dos ativos que integram as carteiras sob gestão da Sociedade, assim como pela prestação de serviços de *backoffice*, controlo de risco e avaliação de performance. A remuneração mínima anual da Caixagest resulta da aplicação de uma taxa nominal anual de 0,02% sobre o valor médio dos ativos sob gestão da Sociedade (a média é calculada com base no valor de mercado das carteiras no último dia de cada mês).

Adicionalmente, se forem cumpridos determinados requisitos é cobrada uma comissão de performance. Em 2012 e 2011, a comissão de performance ascendeu a 115.454 Euros e 31.554 Euros, respetivamente.

A rubrica "Estudos atuariais" refere-se aos honorários da Fidelidade Mundial e da Towers Watson pela prestação de serviços de avaliação atuarial dos Fundos de pensões geridos pela Sociedade, nos montantes de 155.452 Euros e 50.000 Euros, respetivamente (144.250 Euros e 57.360 Euros, respetivamente, em 2011). A Fidelidade Mundial e a Towers Watson são responsáveis pelas avaliações atuariais mensais dos Fundos de pensões de benefício definido e contribuição definida, respetivamente.

As remunerações pagas à CGD referem-se ao salário de um colaborador desta entidade que se encontra a desempenhar funções na CGD Pensões.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Remunerações dos empregados	221.485	204.944
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 25.4)	123.889	112.027
Encargos sobre remunerações	48.954	61.232
Seguros de saúde/vida	17.814	14.212
Contribuições para Fundos de pensões (Nota 23)	3.978	4.184
Outros	7.414	6.323
	423.534	402.922

Em 2011 o saldo da rubrica "Remunerações dos empregados" encontra-se líquido do reembolso de salários e respetivos encargos sociais inerentes à cedência de um colaborador à Caixagest, no montante de 58.080 Euros. O colaborador deixou de estar cedido a partir de 1 de Janeiro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade tinha ao seu serviço 10 colaboradores.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Anulação de encargos com férias e subsídio de férias	32.145	-
Alienação de unidades de participação (Nota 7)	30.777	4.317
Excesso de estimativa de imposto	1.562	3.525
Outros	3.233	2.517
	67.717	10.359

A rubrica "Anulação de encargos com férias e subsídio de férias" respeita à anulação da provisão constituída em 2011 para encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2012, no seguimento das políticas de contenção salarial emanadas pelo seu acionista indireto (Estado Português), no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal.

19. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Impostos	18.614	10.139
Quotizações	10.450	10.100
Outros	9.809	18.647
	38.873	38.886

O saldo da rubrica de "Impostos" refere-se, essencialmente, às taxas pagas e a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal, as quais corresponderam a 0,048% em 2012 e 2011 sobre as contribuições efetuadas para parte dos Fundos de Pensões (Nota 3.9).

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Juros obtidos:		
. Depósitos à ordem em instituições de crédito	2.330	6.679
Outros rendimentos similares:		
. Rendimentos de unidades de participação (Nota 7)	22.365	54.109
. Outros	101	32
	22.466	54.141
	24.796	60.820

21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica refere-se a juros de contratos de locação financeira.

22. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica refere-se aos valores patrimoniais dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, apresentando a seguinte composição:

	2012	2011
Fundo CGD	1.555.470.706	1.435.669.524
Fundo Petrogal	320.518.025	288.047.173
Fundo SCML	88.978.663	92.238.032
Fundo Império – Bonança	80.473.349	63.561.253
Fundo Fidelidade	60.760.808	52.887.347
Fundo Caixa Reforma Prudente	47.665.721	40.907.816
Fundo Caixa Reforma Ativa	42.578.335	44.142.295
Fundo Mundial – Confiança	26.548.460	22.813.801
Fundo Galp Energia	20.248.430	16.759.936
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	13.390.121	12.120.545
Fundo CMVM	9.255.104	8.213.699
Fundo Caixa Reforma Valor	8.185.973	8.127.740
Fundo Euronext Lisbon	7.937.717	6.928.293
Fundo Gestnave	6.371.099	6.636.832
Fundo Impresa Publishing e Associadas	5.211.320	5.332.543
Fundo INE	4.900.395	4.205.270
Fundo ICP – Anacom	3.551.409	3.078.635
Fundo Interbolsa	3.289.195	2.729.287
Fundo CPR	551.592	544.454
Fundo STET	417.305	425.192
	2.306.303.727	2.115.369.667

O Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Garantida 2022 (“Fundo”) foi constituído em 19 de Março de 2007, por tempo indeterminado, tendo como objetivo garantir o financiamento de Planos de Pensões.

Nos termos do regulamento de gestão do Fundo, no dia 21 de Março de 2022, é garantido por cada contribuição realizada para o Fundo até ao dia 18 de Março de 2022, o valor base de 5 euros por unidade de participação, acrescido de uma rentabilidade mínima de 30% sobre esse valor de cotação base, a qual pode ainda ser acrescida em 50% da maior valorização acumulada, apurada no dia 19 de Março de cada ano, do índice acionista DJ Eurostoxx 50, desde a data de constituição do Fundo até essa data.

Para cobertura das responsabilidades decorrentes das subscrições, o Fundo celebrou contratos de venda a prazo com a Sucursal de Londres da CGD, mediante os quais, a 21 de Março de 2022, o Fundo entrega à Sucursal de Londres da CGD os seus ativos, representados por *strips* de obrigações do tesouro espanhol, belga, francês e italiano e recebe um montante equivalente ao capital investido inicialmente, acrescido da rentabilidade garantida aos Participantes.

Adicionalmente, nos termos do regulamento de gestão, caso se venha a revelar necessário, a Sociedade procederá à aquisição de unidades de participação a favor dos Participantes em causa, no montante que permita igualar o valor garantido em 21 de Março de 2022.

Nos termos previstos na legislação em vigor, é possível aos Participantes subscreverem ou solicitarem o reembolso das unidades de participação do Fundo, para além do período de subscrição inicial. Nestas circunstâncias, poderão ser cobradas comissões de subscrição ou reembolso até uma percentagem máxima de 10% sobre o valor de subscrição ou de reembolso, revertendo a favor da Sociedade.

A partir de 21 de Março de 2022, nos termos do regulamento de gestão, a política de investimento do Fundo será alterada, podendo incluir obrigações de taxa fixa e de taxa variável, ações, imobiliário, investimentos alternativos, produtos derivados e instrumentos do mercado monetário para gestão de tesouraria com prazo de vencimento inferior a 12 meses.

23. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Sociedade subscreveu um plano de pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, tendo como objetivo o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência imediata. Este benefício para os colaboradores / participantes da Sociedade traduz-se numa pensão resultante da aquisição de um seguro de renda vitalícia imediata, à data da reforma com o saldo então existente na sua conta individual.

Este plano abrange os colaboradores da Sociedade que se encontravam em funções à data do contrato, bem como aqueles admitidos em data posterior que tenham completado um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respetiva admissão. A idade normal de reforma coincide com a data em que o participante adquire o direito a uma pensão da segurança social por velhice.

A remuneração para efeitos de apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescida dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões fica totalmente a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição inicial a favor de cada participante foi calculada da seguinte forma:

2% * N * remuneração mensal * 12

N corresponde ao tempo de serviço.

A contribuição trimestral é calculada da seguinte forma:

2% * remuneração mensal * 3

A Sociedade poderá ainda, sempre que entender, efetuar contribuições extraordinárias.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade efetuou contribuições nos montantes de 3.978 Euros e 4.184 Euros, respetivamente (Nota 17).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as contribuições tinham sido investidas em unidades de participação dos seguintes fundos de pensões abertos:

	Número de unidades de participação		Valor de mercado	
	2012	2011	2012	2011
Fundo Caixa Reforma Valor	6.720	6.405	34.593	29.773
Fundo Caixa Reforma Ativa	573	533	6.679	5.861
Fundo Caixa Reforma Prudente	178	-	1.002	-
	7.471	6.938	42.274	35.634

24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi determinado conforme segue:

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	674.183	793.963
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 12)	600.000	600.000
Resultado básico por ação	1,12	1,32

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

25. PARTES RELACIONADAS

25.1 Identificação dos acionistas

A empresa é integralmente detida pela Caixa – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. (Acionista), sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na Caixa Geral de Depósitos, S.A., ambas com sede na Avenida João XXI, em Lisboa.

25.2 Membros do Conselho de Administração da Sociedade

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram:

2012	2011
Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria
Dr. Henrique Pereira Melo	Dr. Henrique Pereira Melo
Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Dra. Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães	Dr. António Manuel Gutierres Caseiro
	Dra. Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães

Nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos membros do Conselho de Administração ascenderam a 123.889 Euros e 112.027 Euros, respetivamente (Nota 17).

Conforme deliberado pelo Acionista, em 2012 e 2011 os membros do Conselho de Administração não têm direito a qualquer remuneração variável.

25.3 Órgão de fiscalização

Os honorários da Deloitte e Associados, SROC S.A., Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único da Sociedade, para o exercício de 2012 ascenderam a 43.000 Euros, excluindo Imposto Sobre o Valor Acrescentado. Para além da revisão legal das contas anuais da Sociedade, estes honorários englobam a auditoria externa contratual às demonstrações financeiras dos fundos de pensões geridos pela Sociedade, bem como o exame simplificado dos elementos financeiros e estatísticos da Sociedade.

25.4 Saldos com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas para além dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, todas as entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2012					
	CGD	Fundger	Caixagest	Caixa LF	Fidelidade	Total
Activo:						
Depósitos à ordem (Nota 4)	606.586	-	-	-	-	606.586
Outros activos financeiros (Nota 7)	-	-	2.418.692	-	-	2.418.692
	606.586	-	2.418.692	-	-	3.025.278
Passivo:						
Fornecedores, conta corrente (Nota 13)	172.995	-	-	-	51.100	224.095
Fornecedores de imobilizado (Nota 13)	-	-	-	493	-	493
Outras contas a pagar (Nota 14)	44.753	-	175.810	-	33.540	254.103
	217.748	-	175.810	493	84.640	478.691
Custos e perdas:						
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	430.876	-	623.932	-	155.452	1.210.260
Custos com pessoal (Nota 17)	123.889	-	-	-	-	123.889
Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	-	-	-	10	-	10
	554.765	-	623.932	10	155.452	1.334.159
Proveitos e ganhos:						
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 20)	2.330	-	-	-	-	2.330

	2011					
	CGD	Fundimo	Caixagest	Caixa LF	Fidelidade	Total
Activo:						
Depósitos à ordem (Nota 4)	290.222	-	-	-	-	290.222
Clientes (Nota 9)	-	-	8.767	-	-	8.767
Outros activos financeiros (Nota 7)	-	1.404.713	1.687.905	-	-	3.092.618
	290.222	1.404.713	1.696.672	-	-	3.391.607
Passivo:						
Fornecedores, conta corrente (Nota 13)	17.014	-	19	-	-	17.033
Fornecedores de imobilizado (Nota 13)	-	-	-	655	-	655
Outras contas a pagar (Nota 14)	257.785	-	117.002	-	(268)	374.519
	274.799	-	117.021	655	(268)	392.207
Custos e perdas:						
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	538.400	-	488.739	-	144.250	1.171.389
Custos com pessoal (Nota 17)	112.027	-	-	-	-	112.027
Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	-	-	-	13	-	13
	650.427	-	488.739	13	144.250	1.283.429
Proveitos e ganhos:						
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 20)	6.679	-	-	-	-	6.679

Em 29 de Agosto de 2012, a Fundimo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Fundimo) alterou a sua designação para Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Fundger).

RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

A CGD Pensões, adiante designada por Sociedade, cumpre todas as recomendações sobre o bom governo apresentadas na resolução do conselho de ministros nº 49/2007, conforme se descreve no presente Relatório sobre o Governo da Sociedade.

ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO

Orientações de Gestão

As orientações de gestão definidas pelo acionista são as seguintes:

- Consolidação do crescimento rentável, através da catação de produtos de valor acrescentado, da obtenção de uma posição de liderança de mercado e da aposta na qualidade das soluções financeiras apresentadas;
- Aumento do contributo para o Grupo, através do aumento do comissionamento, e do controlo dos custos de funcionamento;
- Crescer com riscos controlados, através de um modelo de gestão assente na minoração de riscos. Implementação do projeto ROCI (para controlo e monitorização do risco operacional e controlo interno), investimento em tecnologias de informação que permitam melhorar a capacidade de gestão e controlo de risco dos investimentos, e catação de talentos em recursos humanos em áreas consideradas prioritárias.

Missão, Objetivos e Políticas

A missão da Sociedade é ser reconhecida pelos clientes (internos e externos), como a sua primeira escolha de fornecedor de serviços e produtos para a reforma. Tendo por base esta missão, o objetivo é a concretização das aspirações financeiras dos clientes, proporcionando-lhes *performance* de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rendibilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo. Para tal a Sociedade tenta catar as melhores pessoas no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores os meios e ferramentas que permitam a excelência nas suas funções. A Sociedade e os seus colaboradores desenvolvem a sua atividade e funções no respeito por elevados princípios éticos e deontológicos, orientando a sua prática pelos valores definidos no Código de Conduta, documento que consagra os princípios de atuação e as normas de conduta profissional observados na, e pela, empresa no exercício da sua atividade, sempre sob orientações advogadas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD).

A estratégia só terá sucesso se as atividades da empresa forem desenvolvidas em estreita cooperação com a CGD, que acumula papéis de acionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos da Sociedade.

Os objetivos estratégicos da Sociedade assentam grande parte do seu esforço na:

- Dinamização da oferta dos seus produtos e serviços, ajustando-a às necessidades dos clientes e à conjuntura registada nos mercados financeiros;
- Adequação das propostas de valor na gestão de investimentos à oferta de produtos e serviços apresentados aos seus clientes;

- Dotação de ferramentas de informação e tecnologia, de gestão e controlo do risco necessárias na execução da atividade.

Com estes objetivos a Sociedade pretende atingir a liderança em montante sob gestão em fundos de pensões, procurando também desta forma concretizar as aspirações financeiras dos clientes.

Plano de Atividades

A Sociedade desenvolve, anualmente, um processo de planeamento para as diversas áreas de negócio, de forma integrada com a estrutura de planeamento do grupo CGD, realizando uma reunião entre o Conselho de Administração e os quadros onde são apresentados o plano de atividades anual face aos objetivos traçados.

Para acompanhar a execução do plano de atividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por um vasto conjunto de relatórios periódicos sobre as diversas áreas de atividade, produzido internamente pela Área de Orçamento e Controlo de Gestão e pela Direção de Controlo e Planeamento da CGD.

Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida pela sociedade.

PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO

Toda a atividade da Sociedade é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para acompanhar o grau de observância respetivo.

Neste contexto, a Sociedade adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

Regulamentos Externos

A atividade da Sociedade está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes dos Estatutos da Sociedade.

De um modo geral, à Sociedade aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua atividade, salientando-se no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, na sua atual redação, o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99 de 13 de Novembro, na sua atual redação e todas as disposições regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e pelo Instituto de Seguros de Portugal.

No âmbito da sua atividade, é de realçar ainda o Decreto-lei n.º 12/2006 de 20 de Janeiro que institui o Regime Jurídico dos Fundos de Pensões.

Regulamento Interno e Código de Conduta

À semelhança da CGD, a CGD Pensões dispõe de um Código de Conduta que está disponível para consulta, na sua sede, na Avenida João XXI, 63, 2º, Lisboa.

O Código de Conduta pretende garantir como princípio geral que todos os colaboradores, no exercício das suas funções, observam os mais elevados padrões de integridade e de honestidade,

atuando sempre de uma forma competente, diligente e profissional, cumprindo com todas as disposições legais e regulamentares inerentes às atividades de intermediação financeira, com todas as normas éticas e deontológicas de conduta, previstas na lei.

Normas de Natureza Fiscal

No que se refere ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a Direção da Sociedade, a Direção Administrativa e Financeira e a Direção de Backoffice Imobiliário asseguram o cumprimento das mesmas ao nível da Sociedade e dos Fundos.

Normas de prevenção de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e corrução

Para efeitos da prevenção de operações relacionadas com branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e crimes contra o mercado, a Sociedade atua em estrita colaboração com os bancos depositários com quem opera.

A CGD dispõe de um adequado normativo interno, do qual constam todos os deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, bem como as medidas e procedimentos internos destinados ao cumprimento dos aludidos deveres, de que se destacam ferramentas informáticas para deteção de situações suscetíveis de configurarem branqueamento de capitais, de que a corrução é crime subjacente.

Não obstante este fato, a Sociedade tem presente os deveres impostos pela Lei n.º 25/2008 de 5 de Junho e procedeu em 2010 à formação dos seus colaboradores sobre a temática da prevenção do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo.

O responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno em matéria de branqueamento de capitais, bem como pela centralização da informação e respetiva comunicação às autoridades competentes é a Direção de Supervisão e Controlo, em estrita colaboração com o Gabinete de Apoio à função de Compliance da Caixa.

A Sociedade não identificou no corrente ano quaisquer operações suspeitas de relacionamento do crime de branqueamento de capitais, não tendo sido realizada qualquer comunicação às entidades competentes.

Normas de concorrência e de proteção do consumidor

As práticas concorrenciais da Sociedade obedecem a princípios éticos de atuação que não põem em causa as linhas de ação da sã concorrência das Instituições que operam no sistema financeiro.

Normas de natureza ambiental

A Sociedade encontra-se inserida num grupo económico em que o Ambiente assume uma importância fulcral na Estratégia de Sustentabilidade, que se consubstancia nas mais diversas áreas da sua atividade a nível externo e interno.

Neste âmbito na CGD há a destacar o Programa Caixa Carbono Zero 2010, lançado em 2007. Assente em cinco vetores de atuação, este Programa concretiza a estratégia climática da CGD. Uma estratégia que passa tanto pela ação interna – assumindo a responsabilidade pela quantificação, redução e compensação das emissões próprias – como pela atuação no mercado e na esfera social, contribuindo para a edificação de uma economia de baixo carbono. Estes vetores são transversais a todo o grupo Caixa, englobando ações que ambicionam diminuir o impacte ambiental decorrente quer dos seus impactos diretos, quer dos indiretos.

Normas de índole laboral

A sociedade pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, cultivando um diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores e dando cumprimento à legislação laboral, ao Acordo Coletivo de Trabalho das Empresas do Grupo CGD e aos diversos Regulamentos Internos que dispõem o modo de acesso a diversos benefícios extracontratuais.

Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

O efetivo na CGD Pensões apresentou em 2012 uma distribuição equitativa por sexos (50% feminino e 50% masculino). O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato.

Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

A Sociedade tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna baseada numa política de facilidade nas transferências de acordo com os interesses pessoais dos colaboradores;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas por alguns colaboradores;
- Assistência à família na doença sem perda de vencimento, para além do período previsto legalmente, quando a análise do acompanhamento da situação assim o justifique;
- Atribuição de subsídios aos filhos dos colaboradores (infantil e de estudo);
- Concessão de crédito para necessidades relevantes de ordem material e social dos seus colaboradores.

Valorização profissional dos colaboradores

O acesso à formação é feito de uma forma generalizada pela globalidade dos colaboradores, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Em 2012, CGD Pensões registou uma participação numa ação de formação específica para a atividade de negócio, 5 participações em cursos de informática e 3 presenças em conferências, colóquios e seminários.

Os colaboradores que pretendam frequentar cursos de formação, considerados de importância para o desempenho da sua função, podem requerer a comparticipação nos custos de formação.

Salienta-se ainda que, como forma de promover o acesso às novas tecnologias, a Sociedade oferece aos seus colaboradores condições especiais, significativamente mais baixas que as praticadas no mercado, para a aquisição de equipamento informático.

TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Transações relevantes com entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas, todas as empresas controladas pelo Grupo CGD. Das transações com empresas do Grupo destacam-se, como sendo as mais relevantes, as realizadas com a CGD.

Em 31 de Dezembro de 2012, as demonstrações financeiras da CGD Pensões incluem os seguintes saldos e transações com a CGD:

Valores em milhares de euros

Ativos	
Disponibilidades em instituições de crédito	607
Proveitos	
Juros e rendimentos similares	2
Custos	
Comissões	369

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de serviços

A Sociedade possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados dois fornecedores por produto;
- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – de forma escrita, através de troca de correspondência ou contrato formal.

Universo de transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

As contratações sem consulta ao mercado são habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, respeitando as práticas de mercado e o interesse mútuo:

- Seguros: com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA;
- Locação operacional: com a Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

Fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Terceiros

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual em 2012 foram os seguintes: Caixagest (37%), CGD (29%) e Fidelidade Mundial (10%).

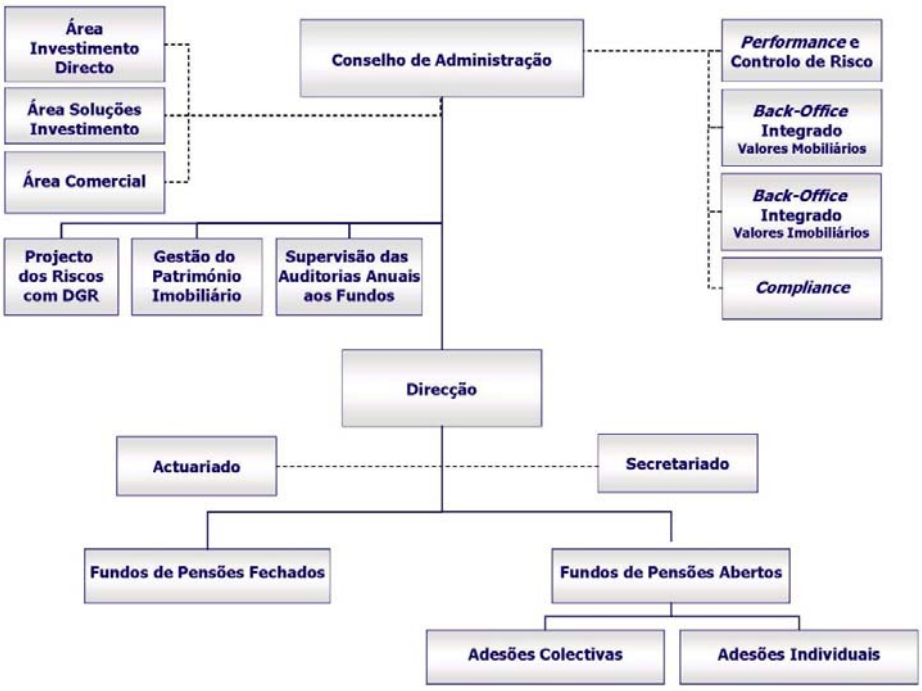
MODELO SOCIETÁRIO

Modelo de Governo

A Caixa Gestão de Ativos e as empresas participadas dispõem de uma estrutura organizativa integrada, que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias, sendo composta por Direções funcionais na dependência direta da Comissão Executiva (órgão de estrutura de nível de enquadramento mais elevado).

Organograma do Modelo de Governo Societário

A CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida na totalidade pela Holding Caixa Gestão de Ativos, SA, a qual é detida a 100% pela Caixa Geral de Depósitos, SA. O acionista único da Caixa Geral de Depósitos é o Estado Português. A Sociedade dispõe de uma organização que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias. Esta estrutura contempla a segregação de funções, assente na separação entre as diferentes funções existentes:



Com a integração na holding, a sociedade gestora veio beneficiar da potenciação dos vastos recursos técnicos e humanos afetos à gestão de ativos, mediante o aproveitamento de estruturas comuns às várias empresas da holding. Na CGD Pensões, são diretamente asseguradas todas as funções "core" da atividade de constituição e gestão de fundos de pensões, nomeadamente, constituição/alteração/extinção de fundos de pensões fechados e abertos; celebração de adesões coletivas e adesões individuais; elaboração dos relatórios de gestão e reuniões periódicas com os clientes; gestão do investimento imobiliário direto e indireto existente nas diferentes carteiras sob gestão. A CGD Pensões é composta por 10 elementos, sendo a responsável a Dr.ª Marta Magalhães.

A CGD Pensões, através da subcontratação de serviços, passou a utilizar as equipas integradas transversais a toda a gestão de ativos: Função Investimento (Direção de Investimento Direto – DID, e Direção Soluções de Investimento - DSI); Função Administrativa (Direção Administrativa e Financeira – DAF e Direção de Backoffice Imobiliário - DBI); Função Comercial (Direção de Clientes Negócio - DCN); Função Compliance (Direção de Supervisão e Controlo - DSC); Função de Suporte (Direção de Recursos Humanos e Meios – DRHm, e Direção de Informação e Tecnologia - DIT); Função de Auditoria Interna (NAI); e Função Avaliação de Performance e Controle de Risco (Direção de Gestão de Risco – DGR - estrutura da Caixa Geral de Depósitos formalmente independente da holding da gestão de ativos).

Em termos da função atuarial, a CGD Pensões também subcontratou os serviços a três entidades externas, dispondo, atualmente, de três atuários responsáveis.

Informação Sobre os Órgãos Sociais - triénio 2010/2012

Órgãos Sociais – triénio 2010/2012

A **Mesa da Assembleia Geral** é composta pelos seguintes membros:

Presidente	Dr. Pedro Manuel de Oliveira Cardoso
Secretário	Dr. Hernâni da Costa Loureiro
Secretário	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

A composição do **Conselho de Administração** para o mandato atual (triénio 2010/2012) é a seguinte:

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Vice-Presidente	Dr. Henrique Pereira Melo
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr.ª Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães

O **Fiscal Único** é a Deloitte & Associados, SROC, representada pelo Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira e o suplente o Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro.

A composição da **Comissão de Vencimentos** é a seguinte:

Membro	Dr. Vitor José Lilaia da Silva
Membro	Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

Informação sobre os membros do Conselho de Administração

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Primeira designação para o cargo de presidente do Conselho de Administração em 7/2/2008. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Presidente da Comissão Executiva (C.E.O.) da Caixa Gestão de Ativos (desde 2001) e em consequência, presidente do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundger, SGFII e da CGD Pensões, SGFP e vice presidente da Caixa Gestão de Ativos (desde 2001).

Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguros (2008-2011). Administrador (C.F.O) da área seguradora do Grupo Fidelidade Mundial (2000-2008) e da Império Bonança (2005-2008). Membro do Conselho de Administração da Mundial-Confiança (desde 1995). Membro do Conselho de Administração da IPE Capital. Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (1989-1994). Membro do Conselho de Administração da Fundição de Oeiras (1986-1989)

Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1955.

Henrique Pereira Melo

Primeira designação para o cargo de vice-presidente do Conselho de Administração em 01/06/2006. O mandato atual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da CGD Pensões e Membro do Conselho de Administração da Sogrupo CSP, Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Ativos, da Caixa Capital, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, da Fundger, da Império Bonança e da Sogrupo SI, do Banco Caixa Geral Totta Angola, do Banco Nacional de Investimento (Moçambique).Colaborador da Caixa Geral de Depósitos desde 1977.

Data de nascimento: 23 de Outubro de 1946

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 22/3/2004. O mandato atual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Graduado em Mercados e Ativos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Ativos Financeiros do ISTE.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundger e da CGD Pensões (desde 2002). Diretor de Gestão de Ativos do Barclays Bank, em Lisboa. Membro do Conselho de Administração da Mello Ativos Financeiros, SGFIM e da Mello Ativos Financeiros SGP. Diretor de Investimento da AF Investimentos, SGFIM. Diretor de Investimento da Tottafundos, SGFIM. Diretor de Research da Caixagest., Subdiretor da Área de Investimento, na Gestifundo, SGFIM.

Data de Nascimento: 20 de Maio de 1965

Dr.ª Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 29/4/2011. O mandato atual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciada em Economia, pela Economia pela Faculdade de Economia do Porto. Pós-graduado em Economia Europeia.

Diretora da CGD Pensões (desde 1999). Diretora-Adjunta do Departamento Financeiro do BNU (1993-1999). Diretora da Sofin-Dealers (1990-1993); Diretora-Adjunta do Departamento de Mercado de Capitais do Lloyds Bank, em Lisboa (1988-1990). Chefe do Serviço de Títulos do Banco

Português do Atlântico (1986-1988). Técnica do Departamento de Planeamento Estatística e Contabilidade do Banco Português do Atlântico (1984-1986).

Data de nascimento: 29 de Julho de 1954

Número de reuniões do Conselho de Administração

Durante o exercício de 2012 o Conselho de Administração teve 3 reuniões.

Informação sobre os membros dos restantes Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

Primeira designação para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia-Geral em 31/3/2010. O mandato atual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Pós-graduado em Atuariado pela Universidade Católica Portuguesa. MBA em Finanças pela Universidade Católica Portuguesa.

Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos (2008-2011). Vice Presidente do do Conselho de Administração do BNU Macau (desde 2010). Vogal do Conselho de Administração do Banco Efisa (desde 2009). Vogal do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios (desde 2008). Presidente da Sogrupo – Serviços Administrativos, S.A. (desde 2008). Administrador do Banco Caixa Geral de Espanha do Grupo CGD (2005 -2008). Administrador Executivo do Banco BEST (2004-2005). Diretor Central Adjunto da Direção de Mercado de Capitais no BCP Investimento e membro da Alta Direção do Banco Comercial Português (2000-2004). Membro do Conselho de Administração da BCP Dealer (1999-2000). Presidente da CISF Securities, Corretora do Grupo BCP, em Nova Iorque (1997-1999). Diretor Geral Adjunto na Sucursal do Banco Português do Atlântico em Nova Iorque (1996-1999). Diretor da Direção de Planeamento e Marketing do Banco Cisf (1995-1996). Diretor Adjunto na Direção de Mercado de Capitais do Banco Cisf (1993-1995). Sub-Diretor da Direção Internacional do Banco Comercial Português (1989-1993). Técnico na Direção Internacional do Banco Pinto & Sotto Mayor (1988-1989).

Data de nascimento: 2 de Julho de 1965

Hernâni da Costa Loureiro

Primeira designação para o cargo de Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral em 22/3/2001. O mandato atual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Consultor Jurídico da Associação Portuguesa de Bancos (desde 2006). Diretor na Caixa Geral de Depósitos (1986 -2005).

Data de Nascimento: 28 de Dezembro de 1944

Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Primeira designação para o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia Geral em 22/3/2001. O mandato atual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa. Pós-graduado em Direito e Gestão de Empresas pela Nova Fórum da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixanet, Caixatec, Fundger, Gestinsua, Imocaixanjimo e Vale do Lobo). Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Participações, Gerbanca, Locarent, Parbanca e Sogrupo IV GI. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixa BI, Caixagest, Cares, Cares RH, CGD Pensões, Sogrupo SA e da Sogrupo SI. Membro da Comissão de Vencimentos da Imocaixa, Multicare, Sogrupo SA e Sogrupo IV GI.. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980), exercendo funções diretivas desde 2005. . Exerce advocacia em regime de profissão liberal (deste 1981).

Data de nascimento: 28 de Janeiro de 1952

Incompatibilidades dos membros do Conselho de Administração

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na sociedade e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, decorrentes da integração em empresas do Setor Empresarial do Estado ou de quaisquer outras normas. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

Incompatibilidades dos Membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal não se encontram abrangidos pelas incompatibilidades do artigo 414-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e a maioria dos seus membros são independentes, de acordo com a recomendação constante da carta circular do Banco de Portugal nº 24/2009/DSB e do artº 414 nºs 5 e 6 do CSC

Fiscal Único

Deloitte & Associados, SROC, representada pelo Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Primeira designação para o cargo de Fiscal Único em 02/1/2012. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa em 1994. Revisor Oficial de Contas desde Janeiro de 2002.

Iniciou a sua carreira profissional em 1994, tendo sido nomeado Manager em 1998 e *partner* em 2006. Exerce a atividade de auditoria, essencialmente em bancos, companhias de seguros e outras entidades financeiras, nomeadamente gestoras de fundos e sociedades gestoras de participações sociais do grupo CGD e de outros grupos financeiros portugueses.

Comissões Especializadas - Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração da CGD Pensões tem a seguinte composição:

Vitor José Lilaia da Silva

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 22/3/2004. O mandato atual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Administrador executivo do Banco Caixa Geral Totta de Angola. Membro do Conselho de Administração da Caixa Participações SGPS, da Caixa Geral de Depósitos - Subsidiária Offshore de Macau, da Gerbanca SGPS, da Parbanca SGPS e da Parcaixa SGPS. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Carlton Life Residências e Serviços, da Sogrupo CSP, da Sogrupo SI e da Sogrupo IV GI. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Seguros e Saúde SGPS. Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Caixa Geral de Depósitos Culturgest. Presidente da Comissão de Vencimentos da Esegur, da Promotora, do BCA e da Locarent. Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Interatlântico, do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa Banco de Investimento, da Caixa Gestão de Ativos, da Caixa Imobiliário, da Caixa Capital, da Caixa Desenvolvimento, da Caixa Leasing e Fatoring, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Caixatec, da CGD Pensões, da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, da Fundger, da Imocaixa, da Margueira, da Multicare, da Sogrupo CSP, da Sogrupo SI, da Sogrupo IV GI e da Vale do Lobo - Resort Turístico de Luxo. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979).

Data de nascimento: 23 de Agosto de 1955

Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 30/3/2007. O mandato atual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Pós-Graduação em Marketing Bancário pelo Instituto de Formação Bancária.

Presidente Conselho de Administração da HPP International Ireland Limited, da HPP International-Lux, SARL (desde 2007). Vogal do Conselho de Administração da Parbanca, SGPS, SA (desde Dez/2012). Vogal (Suplente) do Conselho Fiscal do Banco Interatlântico (desde 2011). Membro da Comissão de Vencimentos da Caixatec -Tecnologias de Comunicação (desde 2007). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1988).

Data de nascimento: 17 de Novembro de 1959

Prevenção de conflitos de interesses

A organização e gestão das atividades de intermediação financeira são realizadas para que não ocorram conflitos de interesses entre os diferentes clientes abrangidos e as Direções estão estruturadas de modo a garantir uma adequada segregação de funções de decisão, execução, registo e controlo dos investimentos realizados.

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses com membros do Conselho de Administração (CA) e os colaboradores, estão estabelecidas as seguintes normas:

- Preenchimento de uma declaração individual, em que constem as situações suscetíveis de gerar conflitos de interesses que possam surgir devido a vínculos económicos.
- Interdição de uso direto ou indireto das informações obtidas através da Sociedade, em seu próprio benefício nem as facilitar a quaisquer clientes ou terceiros. Estão ainda sujeitos ao segredo profissional e ao regime jurídico aplicável à informação privilegiada, as informações conhecidas por força do exercício da atividade de intermediação financeira.
- Observância, em todas as suas atuações, do cumprimento das exigências éticas, morais e deontológicas e contribuição para o bom funcionamento e transparência dos mercados.
- Adicionalmente, estão também estipulados critérios de resolução de potenciais conflitos de interesses com clientes, salvaguardando a prevalência dos interesses dos clientes e o

respeito pelos princípios de equidade e de transparência.

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Política Remuneratória

A Comissão de Vencimentos, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia-geral, e tendo em consideração os objetivos definidos, delibera o valor das remunerações fixas e variáveis dos administradores executivos.

Remunerações dos membros do Conselho de Administração

O Administrador da CGD Pensões recebeu em 2012 as remunerações e compensações de despesas constantes do quadro seguinte:

Valores em euros

	Administradora Drª.Marta Magalhães
Remunerações	
Remuneração mensal (1) (2)	7.954,32
Remuneração anual recebida	95.451,84
Outras regalias e compensações	
Gastos anuais na utilização de comunicações móveis	307,68
Subsídio anual de refeição	2.797,20
Outras (3)	212,50
Encargos com benefícios Sociais	
Regime de Proteção Social (anual)	26.414,38
Parque Automóvel	
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	8.184,42
Valor da renda média mensal de 2012	682,04
Ano de Início do contrato atual	2011
Valor anual do combustível gasto com a viatura	-
Informações Adicionais	
Regime de Proteção Social	CGA
Exercício de f unções remuneradas fora do grupo	Não

(1) As remunerações dos membros do Conselho de Administração acima identificadas refletem já as reduções remuneratórias de 5% e 10% do artigo 12º da Lei nº 12- A/2010, de 30 de junho e do artigo 20º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro. Em 2012, a remuneração mensal passou a 12 vezes por aplicação do artigo 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (não pagamento dos subsídios de férias e natal).

(2) Remuneração sujeita à redução decorrente aplicação do Estatuto do Gestor Público.

(3) Subsídio Infantil e de Estudo

Prémios de Gestão

Nos termos do art.º 24º da Lei 55-A/2010 e em cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro do Estado e das Finanças, comunicado através do Ofício circular nº 2590, de 26 de Março de 2010, não foram distribuídos prémios de gestão aos membros dos orgãos de gestão em 2010, 2011 e 2012.

Remuneração do Revisor Oficial de Contas

Os honorários da Deloitte & Associados, SROC SA, Revisor de Contas e Fiscal Único da Sociedade, para os exercícios 2012 e 2011 ascenderam a 43.010 euros e a 43.950 euros, respetivamente, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Para além da revisão legal das contas da sociedade, estes honorários englobam a auditoria externa contratual às demonstrações financeiras dos fundos.

SISTEMA DE CONTROLO

Sistema de Controlo Interno

A CGD Pensões dispõe de um Sistema de Controlo Interno que assegura o cumprimento da legislação e regulamentação, e onde se evidenciam as deficiências que a Sociedade apresenta e as medidas que está a desenvolver com vista as eliminar e que inclui capítulos relativos ao branqueamento de capitais e às reclamações de clientes.

Sistema de Controlo de Proteção dos Investimentos

A CGD Pensões tem assegurado um sistema de gestão dos principais riscos a que os fundos estão sujeitos, através do acompanhamento contínuo da evolução da *performance* e de indicadores de risco, encontrando-se concluído um sistema mais abrangente, tendo em linha de conta as novas normas regulamentares publicadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. A Unidade de Controlo de Risco e Análise de Performance (UCR) que depende da DGR – CGD é responsável pela análise dos resultados obtidos nas diferentes carteiras dos fundos em termos de rentabilidade e de risco, comparando-os com os objetivos de investimento.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

Divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade

O presente Relatório de Bom Governo, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas, visa cumprir a Recomendação de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade.

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade económica, social e ambiental

A Sociedade faz parte do Grupo CGD que, pela sua visão estratégica, ambiciona estar na primeira linha do Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível ambiental destaca-se o Programa Caixa Carbono Zero 2010, programa estratégico da CGD para as Alterações Climáticas que visa contribuir para a redução do impacte ambiental das suas atividades, numa lógica de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que procura induzir boas práticas junto dos seus colaboradores, Clientes, fornecedores e da sociedade em geral.

A oferta de produtos financeiros inovadores também evidencia a integração dos aspetos ambientais de uma forma transversal, nomeadamente através dos Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional Caixa Arrendamento e Caixa Imobiliário, fundos imobiliários criado com uma vertente social, para permitir que os agregados familiares em dificuldades económicas possam permanecer na sua habitação própria permanente, mediante a substituição do seu contrato de crédito à habitação por um contrato de arrendamento, ficando com o direito de exercício de uma opção de compra do imóvel em condições bem tipificadas e predefinidas.

NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE

Provedor do cliente

O provedor do cliente para os participantes de adesões individuais a Fundos de Pensões abertos é o Dr. Francisco Medeiros Cordeiro, sendo nomeado pela APFIPP em nome das suas associadas.

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

OBJETIVOS DE GESTÃO

O Estado Português, através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detentor da totalidade do capital social da CGD Pensões, S.G.F.P., S.A.. Para o exercício de 2012, não foram estabelecidas orientações nem objetivos de gestão, previstos no art.º 11º do DL 300/2007, de 23 de agosto.

DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO À DGTF E À IGF

A CGD Pensões cumpre os deveres especiais de informação a que está sujeita, nos termos do Despacho nº 14277/2008, de 23 de maio, relativo designadamente ao reporte e à Inspeção Geral de Finanças (IGF) através do envio de informação regular para o Sistema de Informação das Participações do Estado (SIPART).

DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS

Não se registam atrasos sobre a data convencionada para o pagamento das faturas.

RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA - DILIGÊNCIAS E RESULTADOS OBTIDOS

Aquando da aprovação das contas do exercício de 2011, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

NÍVEL DAS REMUNERAÇÕES

Orgãos sociais

Os membros dos órgãos de administração da CGD Pensões são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP).

Relativamente ao ano de 2012, as remunerações dos órgãos sociais foram fixadas e pagas de acordo com o EGP tendo, também, sido cumpridos os seguintes limites legais:

- Artigo 29.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, relativo à não atribuição de prémios de gestão;
- Artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, relativo às reduções remuneratórias de 5%;
- Artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, relativo às reduções remuneratórias de 10%;
- Artigo 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, relativo à suspensão do pagamento da 13ª e 14ª prestações.

Em conformidade, a CGD Pensões respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais.

Colaboradores

Durante o ano de 2012 a remuneração dos trabalhadores da CGD Pensões foi sujeita às reduções remuneratórias previstas no artigo 20º da Lei 64-B/2011, com as adaptações justificadas pela sua

natureza empresarial e devidamente autorizadas pelo Despacho da SETF comunicado por ofício de 13 de janeiro de 2012.

Conforme estabelecido no artigo 21º da Lei Orçamento de Estado de 2012, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, as remunerações dos trabalhadores estiveram igualmente abrangidas pela suspensão do pagamento do subsídio de férias e de Natal.

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Nos termos do n.º 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público os membros dos órgãos de administração da CGD Pensões não utilizam cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa.

Relativamente ao n.º 2 do referido artigo, na CGD Pensões não existem despesas de representação pessoal.

NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à CGD Pensões. No âmbito da atuação da Caixa Gestão de Ativos não foram celebrados contratos do valor superior a 5 milhões de euros.

ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços do **Grupo Caixa Geral de Depósitos** - do qual a CGD Pensões faz parte - é efetuada através do Sogrupo Compras e Serviços Partilhados - Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP), cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no Sistema Nacional de Compras Públicas.

Os aspetos mais relevantes do funcionamento de SCSP empresa e do exercício da sua atividade estão consignados em documentos específicos, que foram divulgados internamente, designadamente ao nível da transparência dos procedimentos seguidos na aquisição de bens e serviços, bem como na prevenção do branqueamento de capitais. A atividade do SCSP é orientada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas.

PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

Inserida na estratégia global de redução de custos, a CGD Pensões tem promovido um conjunto de iniciativas que têm como objetivo a racionalização da gestão da frota de viaturas, de que se destaca a promoção de um processo contínuo de revisão dos valores de renda anual, que se traduziu, em 2012, numa redução dos *plafonds* de atribuição viaturas superior a 20% face aos valores de 2011.

PRINCÍPIO DE IGUALDADE DO GÉNERO

O efetivo da CGD Pensões apresentou em 2012 uma distribuição equitativa por sexos (50% feminino e 50% masculino). O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o ajustamento às necessidades do currículo e perfil de competências de cada candidato.

PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS DEFINIDO PARA 2012

Na lei do Orçamento do Estado para 2012 foram definidos objetivos de redução dos custos relativamente ao ano anterior para as empresas do setor empresarial do Estado. Para o conjunto de empresas que integram a Caixa Gestão de Ativos foi estabelecida uma redução de 5,2% nos Custos de Pessoal e de 8,6% nos Gastos Gerais Administrativos (GGA). Estes objetivos foram integralmente cumpridos tendo sido alcançada uma redução de 7,1% nos gastos com Pessoal e de 18,9% nos GGA.

REDUÇÃO DO NÚMERO DE EFETIVOS E DE CARGOS DIRIGENTES

Não foram definidos objetivos de redução de pessoal para a CGD Pensões.

QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Orientações	Cumprimento			Quantificação
	S	N	N.A.	
Objetivos de gestão			X	não aplicável
Deveres especiais de informação à dgtf e à igf	X			
Divulgação dos atrasos nos pagamentos	X			
Recomendações do acionista - diligências e resultados obtidos			X	não aplicável
Nível das remunerações:				
· Orgãos Sociais - redução de 5% (art.º 12.º da lei n.º 12-a/2010)	X			- 6.000,00 euros
· Orgãos Sociais - redução de 5% (art.º 20.º da lei n.º 64-b/2011)	X			- 11.400,00 euros
· Orgãos Sociais - estatuto do gestor público (AEGP)	X			
· Suspensão da 13ª e 14ª prestações (art.º 21.º da lei n.º 64-b/2011)	X			- 39.827,34 euros
· Não atribuição de prémios de gestão (art.º 29.º da lei n.º 64-b/2011)	X			
Normas de contratação pública			X	não aplicável
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			X	não aplicável
Parque de veículos do Estado			X	não aplicável
Princípio de igualdade do género	x			
Plano de redução de custos:				
· Gastos com Pessoal	X			
· Gastos Gerais Administrativos	X			
Redução do número de efetivos			x	não aplicável

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista da
CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2012 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, sem reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2013

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

CGD PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012 acompanhadas da Certificação Legal das Contas

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 5.061.411 Euros e um capital próprio de 4.392.041 Euros, incluindo um resultado líquido de 674.183 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2013

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira